



PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA CREDITÍCIA À CAFEICULTURA EM SÃO PAULO

Maria Aparecida S. Fonseca e Minoru Matsunaga

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura





PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA CREDITÍCIA À CAFEICULTURA EM SÃO PAULO

Maria Aparecida S. Fonseca
Minoru Matsunaga

INDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - DADOS BÁSICOS	1
3 - CRÉDITO FORNECIDO À AGRICULTURA	3
4 - PLANOS DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA	15
4.1 - Programa de Financiamento em Forma ção de Mudanças	17
4.2 - Programa de Financiamento do Plan- tío de Cafezais	23
4.3 - Programa de Financiamento para Re- cepa e Decote de Cafezais	28
4.4 - Programa de Incentivo ao Uso de Fer- tilizantes e Corretivos	31
4.5 - Programa de Financiamento de Defen- sivos na Lavoura Cafeeira	37
4.6 - Programa de Financiamento para A- quisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais	38
4.7 - Programa de Renovação Gradual de Cafezais e Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras	41
4.8 - Programa Especial de Decote e Ou- tras Podas Leves em Cafezais Gea- dos e Programa Especial de Recepa em Cafezais Geados	42
4.9 - Programa de Replanteio de Cafezais Geados	44
4.10 - Programa Especial de Substituição de Cafezais Geados	46
5 - REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO NA CA- FEICULTURA PAULISTA	46
6 - CONCLUSÃO	51
ANEXOS	55

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA CREDITÍCIA À CAFEICULTURA EM SÃO PAULO

Maria Aparecida S. Fonseca (¹)
Minoru Matsunaga

I - INTRODUÇÃO

O presente estudo, sobre crédito fornecido aos cafeicultores paulistas, é parte integrante do Projeto Economia Cafeeira (IEA-10), que vem sendo desenvolvido pelo Instituto de Economia Agrícola, em convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A. (BADESP), tendo em vista analisar os principais aspectos da cafeicultura paulista.

Nesta pesquisa foram utilizadas informações secundárias e seu objetivo é analisar o crédito para produção e comercialização de café a nível de produtor e identificar algumas mudanças ocorridas na cafeicultura paulista, em função da disponibilidade desses recursos.

O trabalho consta de três partes. Na primeira, são feitas considerações sobre o crédito fornecido às cafeiculturas nacional e paulista, nos anos de 1974 a 1976. A seguir, resumiram-se os planos de renovação da cafeicultura a seus programas mais importantes. Na terceira e última parte, foram identificadas mudanças ocorridas na cafeicultura paulista, decorrentes dos financiamentos concedidos através dos diversos programas.

2 - DADOS BÁSICOS UTILIZADOS

Os dados utilizados provêm de estatísticas de crédito rural do

(¹) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola, sendo o primeiro autor bolsista do CNPq. Os autores agradecem a colaboração de R.A. Thomaziolo e E.G. de Oliveira, da CATI; J.L.M. Monteiro, J.R. Serra e W.Q. Guerreiro, da DACAF/IBC-São Paulo, e C.T. Piza Junior, do IEA.

Banco Central, do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Utilizaram-se também dados do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

As informações sobre crédito fornecido, a nível nacional e por Unidade de Federação, para custeio, investimento e comercialização agrícola em geral e para diferentes produtos agrícolas, incluindo-se o café, nos anos de 1974, 1975 e 1976, são provenientes da publicação do Banco Central "Estatística de Crédito Rural" (1). Esta mesma publicação fornece os dados relativos a financiamento para compra de insumos, tais como fertilizantes, defensivos e corretivos. Analisaram-se apenas os três anos por se tratar de estatísticas mais detalhadas.

Os dados do Banco Central discriminam o crédito fornecido por finalidade (comercialização, custeio e investimento) e por cultura. No entanto, a análise do montante do crédito concedido para investimento em uma dada cultura e, por conseguinte, a análise do montante total de crédito concedido por cultura, merece um certo cuidado. Isto porque o montante de recursos concedidos para compra de máquinas e implementos e para construções para armazenamento da produção é considerado como crédito para investimento, não se vinculando a qualquer cultura. O crédito para investimento agrícola, aplicado a uma dada cultura, segundo esta fonte de dados, refere-se somente à implantação de cultura permanente.

Outra fonte de dados são as "Estatísticas de Créditos Concedidos: Atividade Rural", do Banco do Brasil (2). Através da análise dos dados contidos nessa publicação, tem-se a distribuição do crédito para custeio e investimento a nível de produtor, por região do Estado de São Paulo. Estas mesmas informações, acrescidas de dados sobre crédito para comercialização, são fornecidas, a nível de agência, pelo Banco do Estado de São Paulo, através da "Estatística Mensal de Crédito Rural" (3).

Os dados referentes à programação e execução dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) são fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Café (GERCA e Divisão de Assistência à Cafeicultura da Agência de São Paulo). Quando estes dados não eram disponíveis, utilizaram-se os da CATI (10). Uma limitação dos dados dessa Instituição é de serem incompletos, uma vez que se referem apenas aos financiamentos concedidos com laudos técnicos elaborados por técnicos dessa entidade. Apesar desta limitação, tais dados foram utilizados porque representam mais de 50% do financiamento total à cafeicultura estadual e dão, portanto, uma idéia da

LITERATURA CITADA

- 1 . ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa. São Paulo, Saraiva, 1979. 658p.
- 2 . BARRAS, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. 216p.
- 3 . BARTHES, Roland. Aula. São Paulo, Cultrix, 1980. 89p.
- 4 . _____ . Elementos de semiologia. São Paulo, Cultrix, 1974. 116p.
- 5 . DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. Dicionário das ciências da linguagem. Lisboa, Dom Quixote, 1973. 445p.
- 6 . FOUCAULT, Michel. El orden del discurso. Barcelona, Tusquets Editor 1973. 64p.
- 7 . GUSFIELD, Joseph. The literary rhetoric of science: comedy and pathos in drinking driver research. American Sociological Review, California, 41 (1): 16-34, feb. 1976.
- 8 . HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: Os pensadores: Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.313-343.
- 9 . JAPIASSU, Hilton. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro , Imago, 1975. 187p.
- 10 . SAUSSURE, Ferdinand. Curso de lingüística geral. São Paulo, Cultrix, 1973. 279p.

distribuição do crédito fornecido nas diferentes sub-regiões do Estado.

3 - CRÉDITO FORNECIDO À CAFEICULTURA

A cultura do café vem recebendo grande apoio creditício nos últimos quinze anos, graças principalmente aos planos de racionalização da cafeicultura executados pelo IBC.

Segundo dados do Banco Central, do total de crédito destinado às lavouras no País, no período 1974-76, a cultura do café recebeu cerca de 11%. Apenas a cultura da soja (17,4%) e a do arroz (11,8%) receberam montantes maiores que a cafeicultura. Nos três anos analisados, estes três produtos, café, soja e arroz, receberam cerca de 40% do crédito destinado às lavouras no País (quadro 1).

Ao se analisar o total de crédito agrícola, em valores constantes, o que se verifica é que houve um aumento de 43%, de 1974 para 1975, tendo-se mantido estável em 1976 (quadro 2). Este aumento decorre da expansão monetária ocorrida no País, refletindo-se em todas as modalidades de empréstimo ao setor privado da economia. Outra causa da expansão do crédito agrícola foi a geadada ocorrida em julho de 1975, que fez com que se mobilizasse grande quantidade de recursos, não só para a cafeicultura, mas também para a diversificação da agricultura nas áreas atingidas.

O aumento do montante contratado com café foi de 8% no primeiro período e de quase 11% no segundo (quadro 2). Considerando o aumento ocorrido no crédito agrícola total, verifica-se que a participação relativa do café reduziu-se no período em questão, tendo passado de 13% em 1974 para 10% nos anos seguintes.

No conjunto das culturas, o crédito de custeio teve seus recursos apropriados em maiores volumes para as culturas anuais, nos anos em questão. Apesar de em 1974 o café ter absorvido recursos equivalentes ao de arroz (14,5%), a geadada de 1975 reduziu drasticamente as necessidades para este tipo de crédito, principalmente no ano seguinte (9,5%). Os danos causados pela geadada certamente direcionaram as necessidades para os recursos de investimento.

Os recursos destinados a investimento referem-se apenas aos destinados à formação de culturas permanentes. Por esta razão, somente o café e o algodão arbóreo, das sete culturas mencionados no quadro 1, receberam esta

QUADRO 1. - Crédito Agrícola Fornecido às Principais Culturas para Custeio, Investimento e Comercialização, Brasil, 1974-76

Item	1974							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	1.632.110	8,6	26.192	0,3	1.493.938	17,6	3.152.240	9,1
Arroz	2.736.033	14,5	-	-	809.454	9,5	3.545.467	10,1
Cafê	2.734.321	14,5	617.172	8,2	1.149.214	13,5	4.500.707	12,9
Cana	1.677.361	8,9	-	-	-	-	1.677.361	4,8
Milho	1.936.439	10,2	-	-	615.673	7,2	2.552.112	7,3
Soja	3.178.165	16,8	-	-	2.236.715	26,3	5.414.880	15,5
Trigo	1.821.364	9,5	-	-	12.403	0,1	1.833.767	5,3
Outros	3.107.720	17,0	6.852.973	91,5	2.167.174	25,8	12.128.867	35,0
Total	18.823.513	100,0	7.497.337	100,0	6.484.551	100,0	34.805.401	100,0

Item	1975							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	1.443.100	4,7	32.589	0,2	2.203.747	12,9	3.679.436	5,8
Arroz	5.376.660	17,5	-	-	1.724.274	10,1	7.101.134	11,2
Cafê	2.940.548	9,6	1.226.149	7,7	2.033.014	11,9	6.199.711	9,8
Cana	3.281.688	10,7	-	-	-	-	3.281.688	5,2
Milho	3.292.155	10,8	-	-	1.032.647	5,0	4.324.802	6,8
Soja	5.324.795	17,4	-	-	6.014.003	35,1	11.338.798	17,9
Trigo	3.809.637	12,4	-	-	-	-	3.809.637	6,0
Outros	5.141.166	16,8	14.467.858	92,1	4.117.779	24,0	23.726.803	37,3
Total	30.609.949	100,0	15.726.596	100,0	17.125.464	100,0	63.462.009	100,0

Item	1976							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	3.076.404	6,5	102.109	0,5	3.049.539	12,6	6.228.052	6,7
Arroz	7.047.172	15,0	-	-	3.858.931	15,9	10.906.103	11,8
Cafê	5.059.490	10,2	2.257.454	10,4	2.356.811	9,7	9.663.755	10,4
Cana	4.553.026	9,7	-	-	-	-	4.553.026	4,9
Milho	4.737.946	10,1	-	-	2.037.038	8,4	6.774.984	7,3
Soja	9.017.887	19,2	-	-	7.823.328	32,2	16.841.215	18,1
Trigo	5.674.084	12,1	-	-	15.287	0,1	5.689.371	6,1
Outros	7.828.354	16,6	19.333.604	89,1	5.114.746	21,1	32.276.704	34,7
Total	46.994.363	100,0	21.703.167	100,0	24.255.680	100,0	92.953.210	100,0

(1) Inclui somente formação da cultura.

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 2. - Crédito Agrícola Fornecido às Principais Culturas, em Valor Real ⁽¹⁾, Brasil, 1974-76

(Cr\$1.000,00)

Cultura	1974	1975	1976	Total	
				Valor	%
Algodão	656.717	600.234	719.175	1.976.126	7,0
Arroz	738.639	1.158.423	1.259.365	3.156.427	11,1
Café	937.647	1.011.372	1.118.217	3.067.236	10,8
Cana	349.450	535.349	525.734	1.410.533	5,0
Milho	531.690	705.514	782.331	2.019.535	7,2
Soja	1.128.100	1.849.723	1.944.713	4.922.536	17,4
Trigo	382.035	621.474	656.971	1.660.480	5,7
Outros	2.526.847	3.870.604	3.727.102	10.124.553	35,8
Total	7.251.125	10.352.693	10.733.608	28.337.426	100,0

⁽¹⁾ A preços de 1967-69 Deflator = Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), FGV.

Fonte: Banco Central do Brasil.

modalidade de financiamento, cabendo ao café, nos anos considerados, cerca de 9% do total de crédito fornecido no País, dentro desta finalidade.

No total de crédito para comercialização agrícola, a soja teve uma participação sempre acima de 26% nestes três anos. Em segundo lugar, a parece o algodão, seguindo-se o café que participou com mais de 9% nos anos considerados. É preciso não se esquecer que estes dados referem-se apenas ao crédito rural fornecido aos produtores e que o café e outros produtos agrícolas recebem crédito adicional para comercialização ao nível de intermediária. O montante referente às demais linhas de crédito não foi considerado por se tratar de crédito comercial.

Quando se consideram os dados referentes apenas ao Estado de São Paulo, a situação é um pouco diferente. Como pode ser visto no quadro 3, o café foi a cultura que mais crédito de custeio recebeu nos anos de 1974 a 1976, participando com cerca de 20% do total. A cana-de-açúcar teve uma participação média de 15% e o milho recebeu 14% do total do crédito de custeio fornecido neste período, em São Paulo.

Quanto ao crédito para investimento em São Paulo, o café recebeu cerca de 13% do total fornecido no Estado, e para comercialização agrícola, 23% desse total, mais do que qualquer outro produto.

Considerando-se conjuntamente o crédito fornecido para custeio, investimento e comercialização, verifica-se que nestes anos o café recebeu cerca de 20% do total, tendo sido seguido pelo algodão com 11% e pelo milho com 9%. Estes três produtos receberam, em conjunto, 40% do valor total dos empréstimos agrícolas feitos pela rede bancária paulista nos três anos considerados.

Ao se analisar a evolução do montante do crédito agrícola fornecido neste Estado, no período 1974-76, em valor constante, verifica-se que houve um aumento de 18% de 1974 para 1975 e uma ligeira diminuição de 1975 para 1976. Este aumento no primeiro período acompanhou o aumento geral do crédito no Brasil e também atendeu aos problemas criados pela geada de julho de 1975. O montante de crédito fornecido para a cafeicultura e para as demais culturas, exceto ao algodão e soja, teve o mesmo comportamento (quadro 4).

Analisando-se separadamente o crédito destinado à cafeicultura paulista para diferentes finalidades, verifica-se comportamento diverso daquele observado para o total (quadro 5). O crédito para custeio, em termos reais, sofreu uma redução de 15% em 1975. Isto talvez possa ser explicado pelas baixas cotações do café, no início do ano, que não incentivavam o trato das lavouras, e a ocorrência da geada em julho de 1975, que atingiu grande parte

QUADRO 3. - Crédito Agrícola Fornecido às Principais Culturas para Custeio, Investimento e Comercialização, Estado de São Paulo, 1974-76

Cultura	1974							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	764.713	14,1	-	-	593.866	20,0	1.358.579	13,7
Arroz	257.113	4,8	-	-	30.830	1,0	287.943	2,9
Cafê	1.191.909	22,0	211.820	14,0	543.115	18,2	1.946.844	19,7
Cana	815.541	15,1	-	-	-	-	815.541	8,3
Milho	657.317	12,1	-	-	166.249	5,6	823.566	8,3
Soja	390.029	7,2	-	-	343.625	11,6	733.654	7,4
Outros	1.337.301	24,7	1.296.722	86,0	1.295.599	43,6	3.929.622	39,7
Total	5.413.923	100,0	1.508.542	100,0	2.973.284	100,0	9.895.749	100,0

Cultura	1975							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	611.517	8,2	-	-	744.148	15,4	1.355.655	9,0
Arroz	481.368	6,5	-	-	65.826	1,4	550.194	3,7
Cafê	1.303.090	17,4	342.560	12,6	1.280.205	26,5	2.925.855	19,5
Cana	1.200.003	16,1	-	-	-	-	1.200.003	8,0
Milho	1.130.829	15,1	-	-	297.187	5,1	1.428.016	9,5
Soja	586.287	7,9	-	-	640.529	13,2	1.226.816	8,1
Outros	2.151.781	28,8	2.367.515	87,4	1.811.395	37,4	6.330.691	42,2
Total	7.467.875	100,0	2.710.375	100,0	4.839.290	100,0	15.017.240	100,0

Cultura	1976							
	Custeio		Investimento ⁽¹⁾		Comercialização		Total	
	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%	Cr\$1000	%
Algodão	1.157.605	11,2	-	-	839.166	12,9	1.996.771	9,8
Arroz	427.076	4,1	-	-	239.760	3,7	666.836	3,3
Cafê	2.202.005	21,4	510.454	13,9	1.299.954	20,0	4.012.413	19,6
Cana	1.479.247	14,4	-	-	-	-	1.479.247	7,2
Milho	1.290.414	12,5	-	-	659.666	10,1	1.950.080	9,5
Soja	818.811	7,9	-	-	927.180	14,3	1.745.991	8,5
Outros	2.939.643	28,5	3.158.211	86,1	2.535.427	39,0	8.633.281	42,1
Total	10.314.801	100,0	3.668.665	100,0	6.501.153	100,0	20.484.619	100,0

(1) Inclui somente formação de cultura.

Fonte: Banco Central do Brasil

QUADRO 4. - Crédito Agrícola Fornecido às Principais Culturas, em Valor Real (¹), Estado de São Paulo, 1974-76

(em Cr\$1.000,00)

Cultura	1974	1975	1976	Total	
				Valor	%
Algodão	283.037	219.009	230.575	732.621	10,7
Arroz	59.988	88.884	77.002	225.874	3,3
Café	405.592	472.674	463.327	1.341.593	19,6
Cana	169.904	193.861	170.814	534.579	7,8
Milho	171.576	230.697	225.182	627.455	9,2
Soja	152.845	198.193	201.616	552.654	8,1
Outros	818.463	1.022.729	996.915	2.838.107	41,3
Total	2.061.405	2.426.047	2.365.431	6.852.883	100,0

(¹) A preços de 1967-69; deflator = Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), FGV.

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 5. - Crédito Concedido para a Cafeicultura, em Valor Real ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1974-76

(em Cr\$1.000,00)

Finalidade	1974	1975	1976	Total	
				Valor	%
Custeio	248.314	210.515	254.273	713.102	53,2
Investimento	44.129	55.341	58.944	158.414	11,8
Comercialização	113.149	206.818	150.110	470.077	35,0
Total	405.592	472.674	463.327	1.341.593	100,0

⁽¹⁾ A preços de 1967-69; deflator = Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) FGV.

Fonte: Banco Central do Brasil.

da lavoura cafeeira do Estado, tornando desnecessárias várias práticas culturais, o que veio reduzir os gastos de custeio da lavoura.

O crédito para investimento (implantação de lavouras) aumentou nestes três anos, devido aos altos preços que incentivavam o plantio, assim como em função dos plantios que se realizaram em substituição às lavouras geodas.

O crédito para comercialização aumentou 83%, de 1974 para 1975, e sofreu uma redução de 28% de 1975 para 1976. O grande aumento na quantidade demandada por crédito para comercialização em 1975 se deve às condições de mercado criadas pela geada, que geraram expectativas de preços cada vez mais altos, levando os agricultores a solicitarem crédito para poderem reter o produto por mais tempo.

A análise da distribuição do crédito concedido à cafeicultura por região é possível de ser feita somente em relação ao de custeio, uma vez que o Banco do Brasil, a nível de região, discrimina por produto apenas os recursos destinados a esta finalidade.

Os dados que servem de base para análise do crédito concedido por região provêm do Banco do Brasil e do BANESPA, que somam mais de 80% do crédito concedido em São Paulo para esta modalidade e produto. Estes dados (quadro 6) permitem verificar que a região de Marília foi a que mais se beneficiou do crédito de custeio nos anos agrícolas 1974/75 e 1975/76, perdendo a hegemonia para Ribeirão Preto em 1976/77. Nesses três anos considerados, as regiões de Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto utilizaram cerca de 70% do crédito de custeio concedido à cafeicultura estadual, o que se justifica, uma vez que estas regiões detêm, no conjunto, mais de 70% da população cafeeira estadual em produção.

Por outro lado, observa-se uma redução na participação relativa das regiões de Araçatuba, Sorocaba e, principalmente, de Marília. A diminuição na participação relativa da região de Araçatuba, no crédito de custeio, se deve ao fato de sua população cafeeira em produção, nos três anos agrícolas analisados, ter-se mantido estável, enquanto a população estadual em produção aumentava (quadro 7). Já as regiões de Marília e de Sorocaba tiveram sua população cafeeira reduzida em termos absolutos, o que explica a diminuição em termos relativos na demanda de crédito de custeio. O aumento de participação relativa de Presidente Prudente no ano agrícola 1975/76 se deve, principalmente, aos recursos para recepa e decote em 41 milhões de cafeeiros geodos, recursos estes considerados como sendo crédito de custeio.

QUADRO 6. - Crédito de Custeio Concedido à Cafeicultura Paulista, por Região, 1974-75 a 1976-77

(em Cr\$1.000,00)

Região	1974-75		1975-76		1976-77	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Araçatuba	34.585	3,54	27.763	2,02	38.627	1,77
Bauru	123.987	12,68	193.447	14,08	287.146	13,15
Campinas	79.803	8,16	170.669	12,42	240.462	11,01
Marília	258.079	26,38	279.223	20,32	361.962	16,57
Presidente Prudente	136.443	13,95	240.711	17,52	250.844	11,49
Ribeirão Preto	136.102	13,92	218.169	15,88	524.503	24,02
São José do Rio Preto	145.384	14,87	194.171	14,13	413.679	18,94
São Paulo	8.099	0,83	4.239	0,30	5.642	0,26
Sorocaba	55.381	5,66	45.870	3,33	60.741	2,78
Vale do Paraíba	84	0,01	35	0,00	262	0,01
Total	977.947	100,00	1.374.297	100,00	2.183.868	100,00

Fonte: Banco do Brasil SA.

QUADRO 7. - População Cafeeira em Produção, por Região, Estado de São Paulo, 1974-75 a 1976-77

(em 1.000 covas)

DIRA	1974-75		1975-76		1976-77	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Araçatuba	30.100	4,5	30.000	4,9	31.600	4,6
Bauru	48.700	7,4	48.500	7,9	66.600	9,7
Campinas	49.300	7,5	56.600	9,2	62.900	9,2
Marília	118.600	18,0	95.200	15,5	90.000	13,2
Presidente Prudente	115.000	17,4	91.000	14,8	120.400	17,6
Ribeirão Preto	85.200	12,9	103.400	16,9	122.700	18,0
São José do Rio Preto	157.500	23,8	166.300	27,1	152.000	22,3
São Paulo	6.400	1,0	7.000	1,1	9.500	1,4
Sorocaba	48.800	7,4	15.600	2,5	27.500	4,0
Vale do Paraíba	400	0,1	400	0,1	300	0,0
Total	660.000	100,0	614.000	100,0	683.500	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A região de Ribeirão Preto teve sua participação relativa aumentada gradativamente em relação ao crédito de custeio nestes três anos, passando de 14% para 24%. Isto se justifica plenamente por duas razões. Inicialmente, pelo aumento ocorrido na população cafeeira em produção na região, que passou de 85 milhões de covas em 1974/75 para 123 milhões de covas em 1976/77; houve também um aumento relativo na população cafeeira em produção, que passou de 13% para 18% do total da população cafeeira estadual em produção, no mesmo período. Por outro lado, esta região tem uma cafeicultura bastante tecnificada, utilizando insumos modernos em maior proporção que as demais regiões. Além de dados empíricos que mostram ser esta a realidade (8), pode-se inferir isto, também, pelo fato de que enquanto a população em produção da região representava, em 1976/77, 18% do total do Estado, o crédito de custeio representava 24% do total.

Os dados do Banco do Brasil permitem que se verifique o valor médio dos contratos de empréstimos de custeio. As regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto tiveram, nos anos de 1974 a 1976, valores menores do que os encontrados para as demais regiões (quadro 8). As regiões de Araçatuba e de São José do Rio Preto têm uma distribuição relativamente homogênea dos cafezais entre os estratos de área de propriedades. Dados do IEA levantados em abril de 1975 indicam que as propriedades com 10.000 covas, ou menos, concentram 80% dos cafeeiros. Já na região de Presidente Prudente, embora os cafezais se distribuam normalmente nos estratos de até 50.000 covas, pesquisa do IEA mostrou que 63% das propriedades cafeeiras da região têm até 50 hectares. Talvez estes fatos possam explicar o valor médio dos empréstimos para custeio nestas três regiões.

O empréstimo médio para custeio da região da Grande São Paulo foge à média do Estado. Isto se deve ao fato de serem realizados em São Paulo empréstimos às cooperativas centrais, que fazem contrato de financiamento com o Banco do Brasil ou outros bancos, para, posteriormente, fazerem o repasse aos cooperados, o que distorce os dados obtidos.

Do total de crédito de custeio concedido à cafeicultura paulista, nesses três anos, pelo Banco do Brasil, cerca de 97% foi concedido diretamente aos produtores. O restante foi emprestado às cooperativas, para repasse ou aplicações próprias. A quase totalidade do crédito de custeio concedido às cooperativas foi para compra de fertilizantes e defensivos.

Segundo dados coletados pelo IEA, em setembro de 1975 (4ª previsão de safras), 45% do crédito de custeio concedido à cafeicultura paulista, pelo Banco do Brasil, no ano agrícola 1974/75, foram para propriedades com

QUADRO 8. - Valor Unitário Médio dos Empréstimos para Custeio de Café, Concedidos pelo Banco do Brasil, por Região, Estado de São Paulo, 1974-76

(em cruzeiro)

Região	1974	1975	1976
Araçatuba	17.392	16.354	26.207
Bauru	35.795	41.218	75.246
Campinas	41.155	72.604	105.520
Marília	41.809	45.601	63.321
Presidente Prudente	19.409	20.720	36.180
Ribeirão Preto	34.427	72.797	100.894
São José do Rio Preto	27.208	27.752	56.264
São Paulo (int.)	1.697.525	410.907	200.148
São Paulo (lit.)	21.890	39.365	44.306
Sorocaba	42.991	60.918	62.363
Vale do Paraíba	34.600	-	-

Fonte: Banco do Brasil SA.

área de até 50 hectares, onde estão compreendidos 36% da população cafeeira do Estado. As propriedades do estrato de 50,1 a 100,0 hectares, onde se concentram 14% dos cafeeiros, receberam 17% do crédito de custeio, enquanto que as propriedades de 100 a 300 hectares, que detêm 25% dos cafeeiros, receberam 21% do crédito. Os 17% de crédito restantes foram concedidos a propriedades com mais de 300 hectares que detêm 25% dos cafeeiros do Estado.

4 - PLANOS DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA

Os Planos de Racionalização da Cafeicultura tiveram início a partir de 1961, ocasião em que o Brasil teve que adotar medidas de longo prazo para resolver os problemas de produção. Tais medidas começaram a ser tomadas a partir da recomendação, posteriormente incluída no Acordo Internacional do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, para limitação de plantio e produção de café, paralelamente à criação de um fundo destinado a promover programas de diversificação das regiões cafeeiras (7).

Naquela ocasião tinha-se a previsão de um excedente médio anual de 12 milhões de sacas. Além disso, o Brasil mantinha um estoque de 43 milhões de sacas e mais 7 milhões de expurgo, que ocupava uma área de 100 hectares de armazéns. Diante desta situação, o Governo Federal criou uma comissão encarregada de elaborar um programa de erradicação de cafeeiros. Os estudos feitos por esta comissão mostraram a conveniência de se elaborar um programa de erradicação de cafeeiros de baixa produtividade (em torno de 6 sacas de café beneficiado por mil pés). Em 26 de outubro de 1961, foi criado o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), tendo entre seus objetivos erradicar 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos e renovar racionalmente as lavouras nas áreas liberadas (7).

No período de junho de 1962 a dezembro de 1963, foram erradicados cerca de 587 milhões de pés. A alta taxa inicial de erradicação foi declinando nos anos subsequentes, devido ao desgaste dos incentivos monetários dados pelo programa de erradicação, com a alta taxa de inflação observada no período. Como resultado, entre janeiro de 1964 e junho de 1966 erradicaram-se somente 136 milhões de pés. Iniciou-se em 1966 nova fase na política de erradicação, com maior financiamento e grande ênfase à diversificação. Nessa fase, 655 milhões de pés foram erradicados (9).

Portanto, de 1962 a 1967 foi promovida a erradicação de 1,38 bi

lhão de pés que, somados ã cerca de 350 milhões erradicados por conta prõpria, totalizaram 1,73 bilhão. Em consequênciã desta erradicaçãõ e da ocorrênciã de fortes geadas em 1963, 1966 e 1967 no Estado do Paranã, o potencial mêdio de produçãõ da cafeicultura brasileira, em 1969, estava prõximo da demanda total.

Atingindo o ponto de equilíbriõ, achou-se oportuno ativar o Programa de Racionalizaçãõ da Cafeicultura, principalmente no que dizia respeito ao aumento de produtividade e ã melhoria da qualidade do cafê, bem como promover a fixaçãõ de cafezais em áreas ecolõgicas e economicamente favorãveis (6).

Os Planos de Renovaçãõ e Revigoramento de Cafezais (PRRC) tiveram iníciõ no ano agrícolã 1969/70 e seu âmbito de atuaçãõ foi ampliado com o passar do tempo. Inicialmente, o plano constava apenas do programa de financiamento para plantio e tinha uma dotaçãõ de 63 milhões de cruzeiros. Em 1970/71, alê m do Programa de Plantio, o Plano abrangeu mais trê s programas: de Formaçãõ de Mudã s, de Defensivos e o de Fertilizantes e Corretivos. No ano agrícolã 1971/72, foram criados os Programas de Financiamento ã Receptã e o de Equipamentos de Defesa Sanitãria. Em 1975/76, dois programas adicionais foram incluíd os no PRRC: Melhoramento da Infra-estrutura das Propriedades Cafeeiras e Renovaçãõ Gradual dos Cafezais, sendo que este ùltimo teve duraçãõ de apenas um ano. Nesta etapa foi estabelecido um Plano de Emergênciã para Recuperaçãõ de Cafezais Geados, em virtude da ocorrênciã de geada severíssimã, em julho de 1975, que atingiu as principais regiões cafeeiras do País.

Com o passar do tempo, os objetivos, os itens financiãveis e outras característicã s gerais dos programas foram mudando, como pode ser observado no anexo 1 (por exemplo, o Programa de Receptã, no ano agrícolã 1975/76, passou a ser de financiamento ã Receptã e Decote). No anexo, consta um resumo dos oito programas que integraram diferentes etapas dos Planos de Renovaçãõ e Revigoramento de Cafezais, a partir de sua implantaçãõ em 1969/70. Pelo quadro-resumo pode-se saber o ano em que cada programa foi implantado e sua duraçãõ, seus objetivos, metas a atingir, recursos disponíveis, limites do financiamento (em nũmero e em valor), origem dos recursos, liberaçãõ do financiamento ou utilizaçãõ do crêdito, perío do de contrataçãõ e de execuçãõ, plano de amortizaçãõ, garantias exigidas e juros.

Alguns itens dos programas nã o constam do quadro-resumo, mas sã o citados quando, neste trabalho, sã o descritos os programas individualmente. Por outro lado, na descriçãõ de cada programa nã o constam muitos itens que figuram no anexo 1, tais como liberaçãõ do financiamento ou utilizaçãõ do

crédito, plano de resgate, etc.

Os recursos financeiros do PRRC, como pode ser visto no anexo 1, são, em sua maior parte, provenientes do Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários - Conta Café (FDPA-C) e; atualmente, do Fundo de Defesa de Produtos de Exportação - Conta Café (FDPE-C); em menor escala, provêm de crédito rural da rede bancária. Inicialmente, o montante de recursos disponíveis para execução do Plano era de 63 milhões de cruzeiros, enquanto, no ano agrícola 1976/77, a dotação orçamentária foi de mais de 5 bilhões de cruzeiros o que, em valores reais, significa uma dotação atual cerca de dezoito vezes maior do que a inicial.

A assistência creditícia tem sido efetuada através de bancos oficiais e particulares, caixas econômicas e cooperativas de crédito rural. A assistência aos beneficiários destes programas é prestada pela rede de assistência técnica do IBC, das Secretarias Estaduais de Agricultura e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), através de suas filiais estaduais.

A assistência técnica é prestada por órgãos oficiais, uma vez que o crédito concedido através dos PRRC é crédito orientado, isto é, crédito concedido mediante a aplicação, por parte do mutuário, da tecnologia recomendada pelo IBC. Desta forma, o PRRC não só possibilitou a renovação da cafeicultura nacional, como também sua implantação em bases mais racionais, através da utilização de uma tecnologia bastante moderna. Esta afirmativa poderá ser comprovada através deste trabalho.

4.1 - Programa de financiamento à Formação de Mudas

Este programa foi instituído no ano agrícola 1970/71 com o objetivo de suprir as necessidades de plantio com mudas de boa qualidade e de alto potencial produtivo, nas áreas zoneadas como ecologicamente aptas para a cultura. Contudo, os viveiros, objeto de financiamento, não necessitam forçosamente estarem situados dentro da área apta, desde que as mudas se destinem ao plantio nessas áreas.

Os financiamentos através deste programa destinam-se somente à formação de mudas em viveiros comerciais, onde as condições empresariais e a maior possibilidade de assistência técnica permitem, de uma maneira geral, a formação de mudas de melhor qualidade.

No caso do cafeicultor formar as próprias mudas, os financiamentos para plantio destacam uma pequena parcela para sua formação ou, em caso contrário, para aquisição.

As metas deste programa variaram nas diferentes etapas, de 150 a 400 milhões de mudas para o Brasil. Os recursos para financiamento são provenientes do FDPA-C. Os financiamentos são efetuados pelo Banco do Brasil, ou outro agente financeiro com o qual o IBC e o Banco Central estabeleçam convênios. Em São Paulo, o Banco do Estado de São Paulo é o agente financeiro do programa, juntamente com o Banco do Brasil.

No anexo 1, têm-se as informações referentes às metas, recursos necessários, valor do financiamento por muda, etc. No anexo 2, têm-se as exigências técnicas a serem cumpridas pelo interessado, beneficiado por este programa.

A cota de financiamento correspondente a cada estado produtor variou nas diferentes etapas do programa, sendo que nas três primeiras etapas não foram estabelecidas cotas estaduais. Pelo quadro 9, pode-se verificar as variações nas cotas nas últimas cinco etapas do Programa. A cota correspondente ao Estado de São Paulo manteve-se entre 20% e 25% do total a ser financiado no Brasil.

Com base nesta distribuição de cotas, que tem caráter indicativo, os recursos são alocados, em partes iguais, entre os agentes financeiros estaduais e o Banco do Brasil. Os recursos destinados a este Banco podem ser remanejados entre as diversas regiões de acordo com a demanda verificada.

Pelo quadro 10, pode-se verificar os resultados do programa, por estado produtor, nas etapas 1970/71 a 1976/77. O Estado de Minas Gerais teve maior participação percentual (34%) no total das etapas do Programa, tendo sido também o Estado com maior índice de plantio efetuado através do PRRC nesse período. A participação de cada estado no programa variou nas diferentes etapas, provavelmente em função das variações nas metas de plantio estabelecidas para cada estado.

Procurando-se analisar o comportamento de cada região do Estado de São Paulo no Programa de Formação de Mudas lançou-se mão dos dados fornecidos pela CATI e daqueles enviados pelas agências do Banco do Estado de São Paulo e do Banco do Brasil à Divisão de Assistência à Cafeicultura do IBC, São Paulo. Os dados, mesmo quando parciais, mostram a distribuição geográfica dos viveiros comerciais que receberam financiamento em São Paulo.

Como os dados de algumas etapas são parciais, não é possível fazer uma análise do comportamento global de cada região no total do programa.

QUADRO 9. - Distribuição das Cotas de Financiamento para Formação de Mudanças, por Estado, Brasil, Etapas 1973-74 a 1977-78 (1)

(em milhão de mudas)

Estado	1973-74	1974-75	1975-76	1976-77	1977-78
São Paulo	55	40	100	85	25
Paraná	55	40	150	140	65
Minas Gerais	55	40	50	85	22
Bahia	14	10	30	25	22
Espírito Santo	19	10	10	15	22
Mato Grosso	19	10	20	13	20
Rio de Janeiro	4	2	2	10	6
Goiás	14	10	20	7	6
Ceará	6	4	2	4	3
Rio Grande do Norte e Sergipe	-	-	-	-	1
Pernambuco	4	1	2	3	2
Rondônia	-	-	-	-	6
A distribuir	35	33	14	13	0

(1) Nas etapas 1970-1972 a 1972-1973 as cotas por estado não foram estabelecidas.

Fonte: Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

QUADRO 10. - Resultado dos Programas de Financiamento para Formação de Mudanças de Café, por Estado, Brasil, Etapas 1970-71 a 1976-77

(em milhão de mudas)

Estado	1970-71	1971-72	1972-73	1973-74	1974-75	1975-76	1976-77	Total	
								Quantidade	%
São Paulo	10,0	8,0	56,0	53,0	44,4	63,7	104,0	339,1	21,4
Paraná	65,0	41,0	76,0	33,0	21,0	83,3	102,0	421,3	26,6
Minas Gerais	21,0	25,0	128,0	78,0	45,4	75,3	169,0	541,7	34,1
Espírito Santo	-	10,0	15,0	19,0	6,8	17,8	38,0	106,6	6,7
Outros estados	0,4	5,0	62,0	26,0	13,5	32,8	38,0	177,7	11,2
Total	96,4	89,0	337,0	209,0	131,1	272,9	451,0	1.586,4	100,0

Fonte: Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

A análise das etapas do programa (quadro 11) mostra que a região de Ribeirão Preto foi a que mais se beneficiou com o programa. Esta região recebeu cerca de 30% dos financiamentos concedidos através deste programa no Estado, nas três primeiras etapas; na etapa 1976/77, sua participação foi de 41%. Nesta região se observou o maior índice de plantio neste ano, o que vem justificar a necessidade de mudas. A redução observada na participação de Ribeirão Preto na etapa 1975/76 se deve à maior dispersão na produção de mudas neste período, ocorrida em função da necessidade para replantio e substituição de cafezais nas regiões afetadas pela geada de 1975.

As regiões de Marília, Bauru e de São José do Rio Preto tiveram também uma participação relativa, nas diferentes etapas, bastante alta, por serem juntamente com a região de Ribeirão Preto as grandes regiões produtoras de café no Estado. As quatro regiões receberam, em média, 70% do financiamento anual concedido no Estado para a execução do programa; nestas mesmas regiões foram financiados cerca de 72% do plantio estadual.

Em relação à participação de cada sub-região no programa, o que se verifica, pela análise dos dados do Anexo 3, é que Franca veio ganhando importância na produção de mudas nas diferentes etapas, exceção feita a 1975/76, chegando na etapa 1976/77 a produzir 24,3% das mudas produzidas no Estado dentro deste Programa.

A sub-região de Taquaritinga também vem ganhando posição na produção de mudas. Nesta região o café não é uma cultura de destaque, mas o Município de Itápolis, pertencente a esta sub-região, é grande produtor de mudas, atendendo às necessidades das sub-regiões vizinhas especialmente a de Catanduva que é grande produtora de café. As sub-regiões de Franca e de Taquaritinga é que tornam a região de Ribeirão Preto importante em termos de produção de mudas.

No período analisado, houve um aumento muito grande na produção de mudas em São Paulo. Este aumento ocorreu em função da ampliação das metas de plantio, devida à geada de 1975, que tornou os preços do café bastante atraentes.

Este programa de financiamento para formação de mudas de café é de grande importância, uma vez que da disponibilidade de mudas de boa qualidade e de alta capacidade de produção depende a formação de cafezais com alto potencial produtivo. As condições técnicas exigidas para enquadramento dos projetos de financiamento (anexo 2) visam garantir a boa qualidade e o alto potencial de produção das mudas utilizadas no Programa de Plantio.

QUADRO 11. - Resultado do Programa de Formação de Mudanças por Região (1), Estado de São Paulo, Etapas 1972-73 a 1976-77

(em 1.000 mudas)

Região	1972-73(2)	1973-74(2)	1974-75(3)	1975-76(4)	1976-77(4)
Araçatuba	40	200	500	2.500	2.130
Bauru	7.120	2.000	7.000	12.412	15.974
Campinas	6.950	620	950	5.390	4.290
Marília	10.767	1.440	9.310	15.744	5.800
Presidente Prudente	4.200	3.990	4.290	9.420	11.470
Ribeirão Preto	13.588	9.100	13.660	16.726	38.830
São José do Rio Preto	1.570	5.292	5.884	10.273	10.980
São Paulo	650	-	200	200	200
Sorocaba	2.490	137	2.600	2.400	5.455
Total	47.375	22.779	44.394	75.065	95.129

(1) Na região do Vale do Paraíba não é financiada a formação de mudas.

(2) Dados parciais.

(3) Dados totais.

(4) Dados totais sujeitos à revisão.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Banco do Estado de São Paulo SA. (BANESPA) e Banco do Brasil SA.

4.2 - Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais

Este programa tem como meta o plantio e a formação de lavouras tecnicamente orientadas, objetivando a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade. Foi o primeiro a ser instituído dentro do PRRC, iniciado em 1969/70. As metas do programa variaram nas diferentes etapas de sua execução, como pode ser observado no anexo 1, tendo sido inicialmente de 50 milhões de covas e, na etapa 1977/78, de 150 milhões de covas.

Os recursos necessários à execução deste programa são provenientes do FDPE-C e seu montante tem variado em função da meta fixada e com o valor do financiamento por cova. Este variou de Cr\$1,26 na etapa 1969/70 a Cr\$8,00 em 1976/77; em termos reais houve um aumento de 40% no valor do financiamento por cova entre estas duas etapas. Na etapa 1977/78, o valor do financiamento por cova foi de Cr\$12,00. O financiamento deste programa é concedido através do Banco do Brasil e outros agentes financeiros, caso do Banco do Estado de São Paulo, a nível estadual.

As metas de plantio por estado podem ser vistas no quadro 12. Em alguns anos as metas não foram atingidas, enquanto em outros foram ultrapassadas. O financiamento de um total acima da meta estabelecida foi possível graças à flexibilidade que o IBC, juntamente com o Banco Central, tinha para remanejar verbas entre os diferentes programas que integram o PRRC.

Os financiamentos para plantio são efetuados em áreas definidas por zoneamento ecológico nos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso, Goiás, além de outras áreas que foram consideradas ecologicamente aptas para plantio pelo IBC. Estas foram ampliadas à medida que as etapas do programa foram sendo executadas e novas áreas foram liberadas para o plantio.

As cotas de plantio por estado são estabelecidas levando-se em conta a aceitação do programa nas etapas anteriores, a infra-estrutura cafeeira, as alternativas econômicas e outros aspectos particulares de cada região. A parcela "a distribuir" que aparece em algumas etapas do programa é alocada pelo IBC-GERCA e Banco Central, de acordo com o desenvolvimento do programa nas diversas regiões.

No quadro 13, têm-se os resultados das diferentes etapas do Programa de Plantio. A participação relativa dos estados produtores variou bastante nas etapas já concluídas. Nessas etapas o maior índice de plantio se verificou em Minas Gerais que, do total financiado, participou com 38%, cor-

QUADRO 12. - Distribuição das Cotas de Financiamento para Plantio de Café por Estado, Brasil, Etapas 1971-72 a 1977-78 (1)

(em milhão de covas)

Estado	1971-72	1973-74	1974-75	1975-76	1976-77	1977-78(2)
São Paulo	30	50	40	20	60	20
Paraná	30	50	40	-	130	50
Minas Gerais	30	50	40	40	50	10
Espírito Santo	15	15	10	10	20	10
Rio de Janeiro	2	3	2	10	20	10
Bahia	2	12	10	30	20	4
Pernambuco	2	3	1	2	5	4
Ceará	1	5	4	2	5	4
Mato Grosso	2	14	10	8	10	10
Goiás	2	12	10	10	5	10
A distribuir	4	30	33	2	30	-
Outros estados	-	1	-	-	-	18
Total	120	245	200	134	355	150

(1) Na etapa 1972-73 a cota não foi fixada.

(2) Sujeito a modificações.

Fonte: Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), Instituto Brasileiro de Café.

QUADRO 13. - Resultados do Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais, por Estado, Brasil, Etapas 1969-70 a 1975-76

(em milhão de covas)

Estado	1969-70		1970-71		1971-72		1972-73		1973-74		1974-75		1975-76 ⁽¹⁾		1976-77 ⁽¹⁾		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Paulo	19,0	50,0	38,0	27,9	13,0	14,3	96,0	26,5	53,0	34,4	42,8	33,8	15,0	12,6	98,0	22,3	374,8	25,5
Paraná	8,0	21,0	57,0	41,9	40,0	44,0	94,0	25,9	13,2	8,6	22,5	17,8	-	-	93,0	21,1	327,7	22,3
Minas Gerais	11,0	29,0	40,0	29,3	29,0	32,0	102,0	28,1	58,2	37,8	46,1	36,4	67,1	56,5	200,0	45,5	553,4	37,7
Espírito Santo	-	-	1,0	0,7	5,0	5,5	9,0	2,5	9,4	6,2	3,3	2,6	12,0	10,1	19,0	4,3	58,7	4,0
Mato Grosso	-	-	0,3	0,2	1,3	1,4	39,0	10,8	10,2	6,6	3,0	2,4	-	-	2,0	0,4	55,8	3,8
Goiás	-	-	-	-	0,3	0,3	10,0	2,8	3,4	2,2	3,8	3,0	3,0	2,5	3,0	0,7	23,5	1,6
Bahia	-	-	-	-	1,0	1,1	8,0	2,2	4,9	3,2	4,1	3,2	20,0	16,8	20,0	4,5	58,0	4,0
Rio de Janeiro	-	-	-	-	0,8	0,8	1,2	0,3	0,7	0,5	0,3	0,2	0,5	0,4	2,2	0,5	5,7	0,4
Ceará	-	-	-	-	0,3	0,3	3,0	0,8	0,6	0,4	0,5	0,4	0,7	0,6	0,7	0,2	5,8	0,4
Pernambuco	-	-	-	-	0,3	0,3	0,5	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,6	0,5	2,0	0,5	3,8	0,3
Outros estados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,0	0,1	0,0
Total	38,0	100,0	136,3	100,0	91,0	100,0	362,7	100,0	153,8	100,0	126,6	100,0	118,9	100,0	440,0	100,0	1.467,3	100,0

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

respondente a 553,3 milhões de cafeeiros. O Estado de São Paulo ocupa o segundo lugar, com 25,5%, seguido pelo Paraná com 22,3%. Os três grandes estados produtores no período 1969/77 tiveram uma participação correspondente a 85,5% do total.

Os dados fornecidos pela Divisão de Assistência à Cafeicultura de São Paulo, (DACA-F-IBC), órgão do IBC, permitem uma análise dos plantios efetuados com financiamento no Estado de São Paulo, desde o início do programa, por região e por sub-região.

O que se verifica pelos dados do quadro 14 é a alta participação relativa das regiões produtoras no programa. Merece destaque a região de Ribeirão Preto que, em algumas etapas, chegou a responder por mais de 30% do financiamento concedido para plantio no Estado. No período de 1969/70 a 1977/78, esta região respondeu por 26% do total financiado. O grande plantio efetuado nessa região se deve à existência de condições ecológicas favoráveis e à possibilidade de plantio de café em cerrado, antes considerado antieconômico.

Juntamente com a região de Ribeirão Preto, que respondeu por 26% do plantio total, as regiões de Bauru e de Marília, com 18% e 17% respectivamente, responderam por 61% do plantio efetuado com financiamento, no Estado de São Paulo, o que indica que a cafeicultura paulista tenderá a se fixar em áreas ecológica e economicamente mais viáveis.

Nas regiões de Campinas, São José do Rio Preto e Presidente Prudente foram plantadas 31% das covas financiadas. A participação da região de Campinas no programa foi diminuindo gradativamente a cada etapa, passando de 24%, na etapa 1969/70, a 7% na etapa 1976/77 e 11% na etapa 1977/78. Isto se deve, talvez, ao fato de outras culturas serem altamente competitivas e viáveis nesta região, bastante próxima dos centros consumidores. A região de São José do Rio Preto, tradicional produtora de café, não apresenta condições ecológicas ideais, mas teve sua área gradativamente liberada para plantio no decorrer das etapas do programa. Na região de Presidente Prudente, apesar de sujeita a geadas, o café é uma cultura muito importante, dada a estrutura fundiária da região, constituída em grande parte de pequenas propriedades, o que não dá muitos usos alternativos à terra. Esta região teve uma participação relativa crescente no decorrer do programa, exceção feita à etapa 1975/76, quando devido à geada de julho de 1975 foi substituída e replantada parte de seus cafezais, participando desta forma do Programa de Replanteio e de Substituição dos Cafezais Geados.

Nas regiões citadas, foram plantados 92% das covas financiadas em

QUADRO 14. - Resultados do Programa de Plantio de Café, por Região, Estado de São Paulo, Etapas 1969-70 a 1977-78

(1.000 covas)

Região	Etapas								Total	
	1969-70	1970-71	1971-72	1972-73	1973-74	1974-75	1975-76	1976-77		1977-78
Araçatuba										
nº contratos	12	51	19	161	204	164	10	277	175	1.073
nº covas	67.800	290.900	120.100	1.256.600	1.460.600	931.400	126.500	3.275.500	2.105.985	9.635.385
Bauru										
nº contratos	281	509	155	913	552	559	423	1.178	529	5.098
nº covas	3.202.500	6.757.200	1.811.100	17.684.500	9.315.800	8.215.300	4.801.600	19.448.600	9.671.563	80.908.163
Campinas										
nº contratos	366	445	152	750	291	255	286	580	330	3.455
nº covas	4.937.500	6.624.100	2.433.100	10.835.700	4.329.700	2.537.600	2.985.500	7.692.200	5.698.177	48.073.577
Marília										
nº contratos	276	485	232	1.056	371	621	170	1.313	483	5.007
nº covas	3.334.400	6.706.200	3.180.800	16.806.300	6.442.000	8.733.600	1.660.900	20.460.000	8.024.464	75.348.664
Presidente Prudente										
nº contratos	61	136	57	465	426	440	88	1.139	406	3.218
nº covas	762.100	1.343.800	501.300	5.591.000	5.813.500	5.508.000	1.232.200	15.838.900	6.393.179	42.983.979
Ribeirão Preto										
nº contratos	345	773	182	1.548	962	672	679	1.426	656	7.243
nº covas	3.200.800	9.977.000	2.190.300	28.678.500	18.492.700	10.376.400	8.138.100	23.761.600	11.259.878	116.075.278
São José do Rio Preto										
nº contratos	260	350	105	553	554	507	378	1.222	582	4.551
nº covas	2.578.700	3.808.000	878.200	6.760.300	5.623.500	4.401.500	3.600.900	13.621.700	6.500.801	47.773.601
São Paulo										
nº contratos	17	26	9	38	16	11	9	22	32	180
nº covas	249.300	461.600	158.300	700.900	232.400	129.300	75.500	210.700	478.077	2.696.077
Sorocaba										
nº contratos	126	147	75	477	127	133	7	170	84	1.346
nº covas	1.917.200	2.316.800	887.000	7.373.700	2.012.600	1.898.900	57.000	4.670.800	2.346.216	23.474.216
Vale do Paraíba										
nº contratos	-	-	-	-	-	1	-	9	1	11
nº covas	-	-	-	-	-	6.000	-	229.500	15.000	250.500
Total										
nº contratos	1.744	2.961	986	5.961	3.503	3.363	2.050	733.600	3.278	31.182
nº covas	20.250.300	38.285.600	12.160.200	95.687.500	53.722.800	42.738.000	22.672.200	109.209.500	52.493.340	447.219.440

Fonte: Divisão de Assistência à Cafeicultura - DACAF - IBC

São Paulo, sendo o restante plantado principalmente na região de Sorocaba e Araçatuba. A região de Sorocaba, que em 1960/61 tinha uma participação relativa de 10,6% na área total cultivada com café no Estado, representava no período 1974-76 apenas 4,6%, tendo sido os cafeeiros substituídos principalmente por pasto. Em Araçatuba, o plantio tem mantido a população, em termos absolutos, no mesmo nível.

A participação das sub-regiões no programa estadual de plantio de cafezais pode ser vista no anexo 4. Verifica-se que a sub-região de Franca, hoje subdividida em duas, Franca e Batatais, teve uma participação relativa bastante acentuada tanto em termos regionais quanto estaduais, detendo 63% e 16%, respectivamente. Cerca de 52% do plantio estadual pelo PRRC concentrou-se nas duas delegacias citadas (Franca e Batatais) e nas de Bauru, Lins, Marília, Oswaldo Cruz, Catanduva e Jaú. Estes dados mais uma vez mostram a alta concentração do plantio financiado pelo programa.

Os municípios do Estado onde houve maior índice de plantio no período 1969/70 a 1977/78 são, por ordem de importância, Altinópolis, Garça, Franca, Cristais Paulista e Batatais, sendo Garça na região de Marília e os demais municípios na Diretoria de Ribeirão Preto pertencentes à antiga delegacia de Franca. Neles foram plantados, com financiamento do PRRC, 44,1 milhões de covas, 10% do total com financiamento no período em São Paulo.

Levantamento efetuado pelo IEA-CATI, em junho de 1975, mostra que cerca de 80% do plantio efetuado em São Paulo, no ano agrícola 1974/75, foi financiado. Como pode ser visto pelos dados do quadro 15, 38% do plantio estadual efetuado sem financiamento, neste mesmo ano agrícola, realizaram-se em propriedades com área total entre 100 e 300 hectares. A maior percentagem de plantio efetuada com financiamento se deu também neste estrato. Propriedades com área entre 50 e 300 hectares receberam 62% do financiamento total para plantio; nesta faixa de propriedade, neste mesmo ano agrícola, estavam 39% dos cafeeiros do Estado de São Paulo. No estrato de propriedades de 3 a 50 hectares, onde se encontravam 36% dos cafezais, o financiamento para plantio correspondeu a 11% do total.

Este programa foi de grande impacto na cafeicultura. Levantamento realizado pelo IEA em junho de 1978 indica que São Paulo tem uma população cafeeira de 962 milhões de pés, dos quais 447 milhões (46%) foram plantados com financiamento e possivelmente dentro das técnicas exigidas pelo IBC. Estes números dão bem uma idéia da importância do programa na renovação da cafeicultura paulista.

QUADRO 15. - Participação Relativa de Cada Estrato de Tamanho de Propriedade no Plantio Total e no Plantio Financiado de Cafezais no Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, 1974-75

(em porcentagem)

Estrato ha	Sem financiamento	Com financiamento	Plantio financiado/não financiado
3- 10	0,89	0,00	0,0
10- 30	7,59	3,67	38,0
30- 50	9,10	6,92	59,8
50- 100	18,15	18,29	79,3
100- 300	38,45	43,82	89,6
300- 1000	20,34	22,41	86,7
mais de 1000	5,48	4,89	70,4
Total	100,00	100,00	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4.3 - Programa de Financiamento para Recepa e Decote de Cafezais

A recepa em cafezais é uma prática cujo uso vem sendo consideravelmente ampliado nos últimos anos, seja para correção do "fechamento" das lavouras, ocasionado pela utilização de espaçamento e adubações inadequadas, seja para revigoração da área produtiva do cafezal. Nestes casos, a recepa é utilizada em toda ou em parte da lavoura. Existe, também, o caso de cafezais instalados em espaçamentos menores e conduzidos em sistema de recepa sistemática.

Como os cafezais recepados deixam de produzir por dois anos, não são atingidos pela linha normal de crédito de custeio. Por esta razão foi posto em execução, a partir do ano agrícola 1971/72, dentro do PRRC, o Programa de Financiamento de Recepa de Cafezais, visando implantar uma linha especial de financiamento. Este programa inicialmente financiava apenas recepa, passando, posteriormente, a financiar também o decote e outras podas leves.

Com o financiamento à recepa e ao decote objetiva-se recuperar ou

aumentar a produtividade dos cafezais fechados, melhorar a qualidade da bebida e facilitar os tratamentos culturais e tratamentos fitossanitários.

No anexo 1, pode-se verificar o total de recursos destinados a este programa, as metas estabelecidas e o financiamento concedido em cada etapa do programa, no Brasil. Há que se ressaltar que o programa abrange todas as áreas cafeeiras do País, beneficiando cafeicultores que apresentam condições de operar com o Sistema Nacional de Crédito Rural, em cujas lavouras se fazem necessárias estas práticas. Comparando-se os dados do anexo 1 com o do quadro 16, verifica-se que as metas estabelecidas estão bem acima do total financiado; isto talvez se explique por serem estas práticas ainda pouco difundidas; elas foram largamente utilizadas somente nas regiões onde ocorreu a geada de 1975. Pela análise dos dados do quadro 16, verifica-se que, no Estado de São Paulo, a utilização desta prática por parte dos cafeicultores foi mais difundida. Nas etapas 1971/72 a 1975/77, São Paulo foi o Estado que recebeu anualmente mais recursos através deste Programa.

Os dados de que se dispõe para analisar o andamento deste programa, em suas diferentes etapas no Estado de São Paulo, são incompletos. Os dados das etapas 1973/74 e 1974/75, fornecidos pela CATI, representam 67% e

QUADRO 16. - Resultados do Programa de Financiamento à Recopa e Decote de Cafezais, por Estado, Brasil, 1971-72 a 1976-77

(em milhão de covas)

Estado	1971-72	1972-73	1973-74	1974-75	1975-76	1976-77 (¹)
São Paulo	1,17	2,08	1,20	4,60	5,30	0,70
Paraná	0,46	0,18	1,20	4,20	-	-
Minas Gerais	0,06	0,68	0,10	1,10	0,20	0,10
Espírito Santo	-	0,01	-	-	-	-
Total	1,69	2,95	2,50	9,90	5,50	0,80

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

85% do total financiado no Estado, enquanto os dados de 1976/77 são fornecidos pela DACAF-IBC-São Paulo e mostram a distribuição total dos financiamentos para poda.

Nas duas primeiras etapas consideradas, 1973/74 e 1974/75, as regiões de Presidente Prudente e São José do Rio Preto receberam 61% e 65%, respectivamente, do crédito fornecido através deste programa em São Paulo (quadro 17). Na etapa 1976/77 houve alta percentagem (36%) de receita na região de São José do Rio Preto; na região de Presidente Prudente, onde é alto o índice de receita, esta decresceu bastante devido à ocorrência da geada em 1975, que tornou necessária a erradicação de parte dos cafezais geados na etapa 1975/76. A análise do programa por região, nas etapas mais recentes, não foi feita por falta de dados estatísticos.

A maior participação das regiões de Presidente Prudente e de São José do Rio Preto no programa se deve, em parte, ao fato destas duas regiões deterem a maior percentagem de cafezais velhos no Estado, acima de 15 anos, 26% e 24%. Outro fator que aumenta a incidência de podas nestas regiões é a alta percentagem da população cafeeira em produção formada com o cultivar Mundo Novo que, por ser de maior porte, apresenta problema de fechamento.

Pela análise dos dados do quadro 17, verifica-se que o funcionamento médio concedido nestas três etapas é relativamente baixo, cerca de 20.000 covas por mutuário, provavelmente porque a poda raramente é feita de uma só vez em todo cafezal.

Este programa é bastante importante, uma vez que através da poda e outras podas torna-se possível recuperar ou manter a produtividade dos cafezais. Pode-se dizer que através destas práticas é possível aumentar a vida útil do cafezal a um custo mais baixo do que seria o de novos plantios.

4.4 - Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos

A cafeicultura, em seus primórdios, caracterizava-se como cultura migratória; a medida que os solos iam se esgotando o café procurava terras virgens. Quando as áreas novas disponíveis se tornaram escassas e os solos já utilizados com café se esgotaram, tornou-se necessário o uso da adubação para fixar a cafeicultura em áreas anteriormente ocupadas pelo café. Pesquisas realizadas, principalmente no Estado de São Paulo, sobre o uso de adubos e corretivos na cafeicultura, muito contribuíram para tornar possível a manu-

QUADRO 17. - Resultado do Programa de Financiamento à Recepa e Decote de Cafezais, por Região ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, Etapas 1973-74, 1974-75 e 1976-77

Região	1973-74 ⁽²⁾		1974-75 ⁽²⁾		1976-77	
	Nº contratos	Nº covas	Nº contratos	Nº covas	Nº contratos	Nº covas
Araçatuba	-	-	11	529.700	-	-
Bauru	1	15.000	9	59.700	12	113.880
Campinas	3	25.500	21	322.400	7	183.159
Marília	2	28.000	31	769.500	3	65.000
Presidente Prudente	28	313.784	63	1.179.650	3	22.900
Ribeirão Preto	3	55.000	23	503.850	4	34.000
São José do Rio Preto	15	180.000	30	485.000	10	247.500
São Paulo	3	65.000	1	10.000	1	20.000
Sorocaba	5	122.550	1	60.000	-	-
Total	60	804.834	190	3.919.800	40	686.439

⁽¹⁾ Na região do Vale do Paraíba não foi financiada recepa.

⁽²⁾ Dados parciais, referem-se aos financiamentos concedidos com laudos técnicos da CATI.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Instituto Brasileiro do Café.

tenção de bons níveis de produtividade em áreas mantidas por longo tempo com a cultura.

Embora a prática de adubação em cafezal já estivesse bastante adiantada, os financiamentos para aplicação de fertilizantes na lavoura de café tiveram início somente em 1969, condicionados ao plantio do feijão como cultura intercalar. Neste mesmo ano foi incentivada, também, a utilização de fertilizantes nas regiões cafeeiras atingidas por geadas e secas. A ausência de crédito para aquisição de fertilizantes para a cafeicultura, no período anterior a 1969, se justifica dada a situação vigente de excesso de produção. O estabelecimento de financiamentos para incentivar o uso de fertilizantes e corretivos, tendo em vista o aumento de produtividade agrícola, de um modo geral, foi previsto e ampliado com a criação do FUNFERTIL.

No ano agrícola 1970/71, o Conselho Monetário Nacional, dentro do PRRC, aprovou uma linha de financiamentos para incentivar a aplicação de fertilizantes e defensivos visando, principalmente, ao aumento da produtividade e recuperação de cafezais. Um dos objetivos específicos deste programa tem sido incentivar a introdução de técnicas corretas de adubação e calagem através do crédito rural orientado. Nas últimas etapas do programa, o objetivo geral é incrementar a utilização de adubação, dando suporte aos cafeicultores para fazer face à alta do preço dos fertilizantes. Tal medida resultará, a curto prazo, na manutenção ou aumento dos níveis de produtividade das lavouras. São objeto desses financiamentos as lavouras adultas, com mais de 3 anos de idade, que estejam com uma produtividade média, nas duas últimas safras normais, acima de 20 sacas em coco (de 40kg cada) por mil covas.

Os recursos financeiros necessários à execução do programa são provenientes do FDPE-C e dos recursos de crédito rural da rede bancária.

Como pode ser visto no quadro 18, as metas estabelecidas nas diferentes etapas do programa são muito amplas. Os recursos para atender este programa na etapa 1976/77 atingiram o total de Cr\$2.100,0 milhões, o suficiente para adubar mais de 800 milhões de covas.

Apesar da taxa de juros ser zero na primeira etapa do programa, o montante financiado ficou bem aquém da meta estabelecida. Na etapa 1974/75, quando a taxa de juros voltou novamente a ser igual a zero e foi concedido o subsídio de 40% sobre o valor da compra, a demanda por crédito foi maior do que a inicialmente prevista. Atualmente, as taxas de juros para os financiamentos deste programa são as normais no crédito rural, ou seja, 13% a 15% ao ano.

Dados fornecidos pelo Banco Central permitem que se observe a dis

QUADRO 18. - Metas, Recursos e Movimento de Contratação de Financiamento para Aquisição de Fertilizantes, Corre-
tivos e Defensivos, para Lavoura Cafeeira, Brasil, Etapas 1970-71 a 1977-78

Etapa	Metas (milhão de covas)		Recursos (milhão de Cr\$)		Movimento de contratação (milhão de Cr\$)
	Fert. e corret.	Defensivos	Fert. e corret.	Defensivos	
1970-71	600	400	240,0	-	43,0
1971-72	720	330	213,8	27,0	178,0
1972-73	800	450	360,0	41,5	422,6
1973-74	800	...	479,6	126,8	500,0
1974-75	500,0	250,0	826,0
1975-76	800,0
1976-77	2.100,0	150,0	...
1977-78

Fonte: Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

tribuição dos financiamentos concedidos através deste programa, por estado. Estes dados, no entanto, não são diretamente comparáveis aos dados fornecidos pelo IBC, uma vez que se referem ao ano civil enquanto aqueles se referem ao ano agrícola.

Pelos dados do quadro 19 verifica-se que, nos anos considerados, 1974 a 1976, o Estado de São Paulo foi quem recebeu mais recursos através deste programa (48%, 62% e 61%, respectivamente). Em 1974, o Paraná utilizou neste programa, em termos de valor, mais do que o dobro de recursos do Estado de Minas Gerais; já nos anos subsequentes houve uma inversão nesta situação.

Embora em 1974 o Estado do Paraná tivesse uma população cafeeira adulta ligeiramente maior do que a do Estado de São Paulo, ou seja, 35% e 31% do total do Brasil, respectivamente, a utilização de fertilizantes financiados em São Paulo foi 10% maior. As hipóteses alternativas para explicar esta diferença são as condições de solo mais favoráveis no Paraná, ou a tecnologia de produção mais adiantada em São Paulo. O Estado de Minas Gerais, em 1974, detinha cerca de 16% dos cafeeiros adultos do Brasil e recebeu cerca de 14% do financiamento concedido para aquisição de fertilizantes para café neste mesmo ano.

Nos anos seguintes, 1975 e 1976, a situação mudou bastante, uma vez que a quase totalidade da cafeicultura paranaense e uma parcela da cafeicultura paulista foram atingidas pela geada. A participação do Paraná no programa baixou para cerca de 10%, enquanto a de Minas Gerais passou para cerca de 25%.

Há que se ressaltar que os dados do Banco Central, que constam do quadro 19, referem-se apenas aos financiamentos concedidos para aquisição de fertilizantes e corretivos para serem utilizados em cafezais adultos. Estes insumos, quando utilizados nos anos de formação do cafezal, são financiados através de outra linha de crédito rural, compreendida no Programa de Plantaio.

Não há dados disponíveis sobre a distribuição dos recursos para compra de fertilizantes e corretivos por região do Estado. Levantamento efetuado pelo IÊA, no ano agrícola 1974/75, mostra que, em relação à quantidade total de adubos consumida nas propriedades cafeeiras do Estado, as DIPAs obedecem a ordem que se segue: Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Campinas, com 32%, 18%, 15%, 14% e 11% do total (8).

A região de Ribeirão Preto se destaca por deter 16% da população cafeeira e consumir 32% dos fertilizantes, o que mostra que nesta região se encontra uma cafeicultura com tecnologia avançada, com alto grau de utilização de insumos modernos. Já a região de São José do Rio Preto detém 23% da

QUADRO 19. - Financiamento para Aquisição de Fertilizantes e Corretivos, para a Lavoura Cafeeira, por Produtores e Cooperativas, Brasil 1974-76

Unidade	Nº contratos			Valor (Cr\$1.000)			Valor médio (Cr\$)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
São Paulo	14.277	9.609	13.129	243.038	220.393	285.293	17.023	22.936	21.730
Paraná	14.624	3.629	3.130	189.243	48.436	44.772	12.941	13.347	14.304
Minas Gerais	3.384	3.144	3.468	73.974	78.875	125.620	21.860	25.087	36.223
Espírito Santo	318	607	545	2.578	6.242	9.288	8.107	10.283	17.042
Outros	287	156	135	2.871	2.887	4.369	10.003	18.506	32.363
Total	32.890	17.145	20.407	511.704	356.833	469.342	15.558	20.813	22.999

Fonte: Banco Central do Brasil.

população cafeeira e consome 15% do adubo.

As cinco regiões anteriormente mencionadas, segundo levantamento do IEA em 1974/75, detêm 82% dos cafeeiros do Estado e consomem 90% dos fertilizantes utilizados nas propriedades cafeeiras do Estado.

4.5 - Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira

Há várias doenças já constatadas nos cafezais brasileiros e que, no entanto, não vêm apresentando problemas de ordem econômica. Dentre elas podem ser citadas a mancha de olho pardo, mancha de óleo, mancha anular, mancha de septoria e mancha americana. Com exceção de alguns casos, estas doenças não recebem qualquer controle, uma vez que os prejuízos por elas causados são mínimos, o que torna o controle antieconômico.

Há algum tempo vem ganhando importância, em algumas áreas de São Paulo e Paraná, causando prejuízos razoáveis, o nematóide Meloidogyne coffeicola. Outros nematóides com maior amplitude de distribuição, o Meloidogyne exigua e o Meloidogyne incognita, têm têm apresentado uma certa importância econômica.

As pragas da parte aérea do cafeeiro têm causado prejuízos maiores. Pode-se citar os casos da broca do café (Hypothenemus hampei), responsável por grandes perdas não so quantitativas como qualitativas, do bicho mineiro (Perileucoptera coffeella), das cochonilhas, caramujos e lagartas, que em determinadas condições têm têm causado prejuízos.

Com a constatação da ferrugem (Hemileia vastatrix), em janeiro de 1970, doença considerada a mais séria dos cafeeiros da espécie arábica e responsável por grandes perdas na cafeicultura de vários países africanos e asiáticos, a defesa fitossanitária dos cafezais se revestiu de grande importância e passou a ser encarada por grande parte dos cafeicultores como prática de rotina.

Face a este quadro geral, o IBC-GERCA incluiu no PRRC, a partir da etapa 1970/71, o Programa de Financiamento de Defensivos, objetivando a defesa fitossanitária dos cafezais, abrangendo a intensificação dos tratamentos em uso para o combate às pragas e a aplicação de fungicidas para controle da ferrugem do cafeeiro.

As metas, os recursos colocados à disposição do programa e o total de recursos financiados para aquisição de defensivos, nas etapas 1970/71

a 1977/78, podem ser vistos no quadro 18. O programa abrange todas as áreas cafeeiras do país, atingindo os cafeeiros onde se fazem necessários os tratamentos fitossanitários para controle às pragas e doenças.

Dados fornecidos pelo Banco Central, para os anos 1974 a 1976, mostram os financiamentos para aquisição de defensivos por estado. O que se verifica é uma redução no montante financiado e no número de contratos nos anos de 1975 e 1976 em relação ao ano de 1974. Este fato se deve à ocorrência da geada de julho de 1975, que destruiu grande parte dos cafezais e levou, somente no Estado de São Paulo, 134 milhões de cafeeiros a serem recebidos no ano agrícola 1975/76 (quadro 20).

Tal como ocorre no Programa de Fertilizantes, não há dados disponíveis sobre financiamento de defensivos por região do Estado de São Paulo.

4.6 - Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais

Neste programa, que foi instituído na etapa 1972/73, está prevista a aplicação de recursos para a aquisição de equipamentos para defesa fitossanitária de lavouras de café, contribuindo assim para manutenção e aumento de produtividade dos cafezais, mediante a proteção dos mesmos contra pragas e doenças.

A área de ação do programa inclui todas as regiões cafeeiras do país, independentemente de zoneamento ecológico; os beneficiários são os cafeicultores que apresentam condições de operar com o Sistema Nacional de Crédito Rural. Os itens financiáveis através deste programa são pulverizadores, polvilhadeiras, atomizadores, tratores de até 52HP, de bitoia estreita (até 1,35m) de fabricação nacional e microtratores de fabricação nacional. Os financiamentos de atomizadores, polvilhadeiras e pulverizadores importados podem ser concedidos, mas são limitados a 80% de seu custo. Os recursos previstos e o movimento de contratação deste programa ao nível do Brasil podem ser vistos no quadro 21.

No programa de financiamento, pulverizadores, polvilhadeiras e atomizadores são financiados sem limite fixo, obedecendo às necessidades expressa em plano simples elaborado por engenheiro agrônomo.

No caso de tratores e microtratores também é observado o plano simples, sendo que o limite financiável, para cada caso, deverá ser estabe-

QUADRO 20. - Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas Cafeeiras, para Aquisição de Defensivos, Brasil, 1974-76

Estado	Nº de contratos			Valor (Cr\$1.000)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976
São Paulo	4.212	914	723	63.787	30.888	26.144
Paraná	7.915	1.724	156	70.112	10.412	1.105
Minas Gerais	488	162	152	15.728	5.626	8.473
Espírito Santo	132	374	293	575	2.043	1.864
Outros estados	74	35	38	449	416	709
Brasil	12.821	3.209	1.362	150.651	49.385	38.295

Fonte: Bancc Central do Brasil.

QUADRO 21. - Recursos Previstos e Aplicados no Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais, Brasil, 1972-73 a 1976-77

(em milhão de cruzeiros)

Etapa	Recursos previstos	Recursos aplicados
1972-73	45,2	15,6
1973-74	47,0	110,0
1974-75	150,0	42,4
1975-76	...	20,0
1976-77	100,0	...

Fonte: Grupo Executivo de Racionalização de Cafeicultura (GERCA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

lecido de acordo com a população cafeeira das propriedades, não devendo exceder a três por beneficiário. Propriedades com menos de 25.000 covas não têm financiamento para microtratores e propriedades com menos de 50.000 covas não recebem financiamento para três tratores nacionais de 20 a 52HP, de bitola estreita. Para efeito de cálculo do número de covas por propriedade, somente são considerados os cafeeiros com mais de 2 anos.

Estas condições para financiamento, por si sô, criam condições para que as propriedades maiores sejam mais mecanizadas, e para que a compra de tratores e microtratores seja feita de forma mais racional do que provavelmente seria, caso o financiamento fosse indiscriminado.

Não há dados disponíveis sobre o financiamento concedido através deste programa, por estado, nem por região do Estado de São Paulo.

O que se pode esperar é que as regiões de cafeicultura mais nova tenham se beneficiado deste programa mais intensamente, no que se refere à aquisição de tratores, microtratores e equipamentos motorizados. Dados do levantamento efetuado pelo IEA no ano agrícola 1974/75 mostram que a DIRA de Ribeirão Preto, com 16% da população cafeeira estadual, detinha 28% dos HP existentes nas propriedades cafeeiras do Estado, enquanto a DIRA de Presidente Prudente, com uma cafeicultura mais antiga, detinha 17% da população cafeeira

eira e 9% dos HP. Também espera-se que haja uma correlação positiva entre tamanho da propriedade cafeeira e disponibilidade de máquinas e equipamentos, uma vez que as propriedades maiores têm condições de operar de forma mais econômica com máquinas e equipamentos mais possantes. No que se refere à potência em HP no Estado de São Paulo, o que se verifica, pelo levantamento do IEA realizado em 1974/75, é que as propriedades cafeeiras com mais de 100 hectares detinham 50% dos cafeeiros e 64% da potência.

4.7 - Programas de Renovação Gradual de Cafezais e Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras

O Programa de Renovação Gradual de Cafezais visa o plantio de novos cafezais, em pequenas quantidades anuais, para contrabalançar os cafeeiros que saem de produção (abandono e erradicação), promovendo, a longo prazo, uma substituição das lavouras que vêm sendo exploradas rotineiramente, por outras conduzidas racionalmente. Os financiamentos abrangeram somente as áreas cafeeiras zoneadas, beneficiando os cafeicultores que possuam cafezais em condições de substituição.

Este programa teve uma duração de apenas um ano e foi executado na etapa 1975/76 do PRRC.

O Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras financia terreiros, secadores, lavadores e tulhas. São beneficiários do programa os cafeicultores que têm plena posse e domínio do imóvel no qual se localizarão os melhoramentos e que estejam situados dentro das áreas zoneadas pelo PRRC, apresentando perspectivas de produção a curto prazo, compatíveis com o montante financiável.

Dados dos relatórios das agências do Banco do Brasil e DACAF-IBC-São Paulo mostram que na etapa 1976-77 houve, através deste banco, no Estado de São Paulo, financiamentos de Cr\$27.230.540,00. Deste total, 80% foram destinados à região de Ribeirão Preto (Franca e Ribeirão Preto) e o restante à região de Campinas (Pinhal, Mococa e Amparo).

4.8 - Programa Especial de Decote e Outras Podas Leves em Cafezais Geados e Programa Especial de Recepta em Cafezais Geados

Estes dois programas, que foram criados na etapa 1975-76 do PRRC, objetivavam recuperar a produtividade dos cafezais geados. Estes programas abrangeram as áreas atingidas pela geada de 1975, nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais (sul e oeste) e Mato Grosso, bem como aquelas atingidas por granizo em 1974/75. Foram objeto de financiamento as lavouras com mais de 3 anos de idade, que podiam reagir de forma satisfatória, voltando a produzir normalmente na safra 1977/78 (decotados) ou 1978/79 (receptados).

Para decote, o montante financiável foi de Cr\$0,80 por cova e para recepta de Cr\$1,20 por cova. Foram receptados e decotados, através destes programas, 436 milhões de covas em todo o Brasil.

Como pode ser visto no quadro 22, no Estado de São Paulo foram financiados a recepta e o decote de 178,8 milhões de cafeeiros geados, o que corresponde a 41% do total financiado no Brasil.

Ressalte-se que 78% dos 178,8 milhões de cafeeiros podados, através deste programa, eram cafeeiros não financiados pelo PRRC. Isto significa que a grande parte dos cafeeiros atingidos pela geada foram cafeeiros com mais de seis anos, plantados antes da implantação dos PRRC, dado que a maior parte dos plantios efetuados após 1969/70 foram financiados.

Três regiões do Estado, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, receberam 73% do financiamento total concedido através destes dois programas. Como pode ser visto no anexo 5, houve uma concentração bem grande de financiamento em algumas sub-regiões. As sub-regiões de Marília (19,3%), Dracena (13,2%), Adamantina (14,3%), Fernandópolis (7,1%) e Votuporanga (4,4%) demandaram 64,5% do financiamento total concedido.

As medidas adotadas em relação ao cafezal geado variaram de acordo com os danos sofridos e situação do cafezal anterior à geada.

Independentemente da intensidade da queima apresentada pela lavoura geada, alguns aspectos tinham que ser analisados, a fim de verificar se era ou não viável sua recuperação através de podas: cultivar utilizado (cafeeiros formados de Bourbon Vermelho, Caturra Amarelo e Vermelho não apresentam boa reação às podas, principalmente à recepta), idade da lavoura (lavouras com mais de 30 anos apresentam pequena capacidade de brotação), condições do local onde estavam instalados os cafezais geados; áreas infestadas por nematoides (aquelas cujos efeitos altamente prejudiciais se notavam antes das geadas fo

QUADRO 22. - Posição Final dos Programas Especiais de Decote e Recepta em Cafezais Geados, por Região, Estado de São Paulo, 1975-76

(em mil covas)

Região	Programa recepta		Programa decote		Total
	Financiado	Não financiado	Financiado	Não financiado	
Araçatuba	1.552	8.083	365	1.314	11.314
Bauru	2.531	4.833	1.143	4.179	12.686
Campinas	53	924	-	310	1.287
Marília	10.568	35.091	2.090	12.120	59.869
Presidente Prudente	12.724	28.250	3.134	8.722	52.830
Ribeirão Preto	269	874	-	22	1.165
São José do Rio Preto	3.076	15.278	783	9.593	28.730
São Paulo	-	9.641	85	544	10.270
Sorocaba	522	-	-	55	577
Total	31.295	102.974	7.600	36.859	178.728

Fonte: Relatórios das Agências do Banco do Estado de São Paulo e do Banco do Brasil ao IBC.

ram dadas como irrecuperáveis, sendo sua substituição feita em outros locais); percentagem de falhas (não é interessante recuperar, através de podas, as lavouras que apresentam mais de 20% de falhas).

Vistos os aspectos que poderiam limitar as possibilidades de reabilitação de uma lavoura formulava-se, com base na caracterização dos danos e condições do cafezal, as soluções recomendáveis para cada caso, soluções que variavam desde a recomendação para que não se fizesse qualquer tipo de poda, deixando os cafezais se recuperarem por si sô, até a recepa ou substituição (anexo 2).

Este programa teve uma importância muito grande na recuperação da cafeicultura após a geada de 1975 já que dificilmente os cafezais geados teriam uma boa recuperação sem a poda. Também seria muito oneroso aos cafeicultores atingidos pela geada financiarem esta operação, especialmente porque as regiões atingidas — Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto — são as que têm grande parte de seu cafezal, 68%, concentrada em pequenas propriedades, com até 10.000 covas.

Com a utilização do sistema de poda dos cafezais geados, sempre que possível, em lugar de sua substituição, esperava-se um retorno mais rápido destes cafezais à produção a um custo bem mais baixo do que seria o de erradicar e replantar.

4.9 - Programa de Replântio de Cafezais Geados

Este programa foi incluído no PRRC na etapa 1975-76, devido à ocorrência de geada em julho de 1975. O objetivo deste programa era possibilitar a replanta, parcial ou total, dos cafezais atingidos pela geada ou granizo, e que haviam sido objeto de financiamento nas etapas anteriores do Programa de Financiamento ao Plântio de Cafezais. Os beneficiários deste programa foram os mutuários dos Programas de Plântio e a área de ação foi aquela com cafezais atingidos pela geada ou granizo nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

O valor financiável foi de Cr\$6,00 por cafeeiro a ser replantado. O prazo, juros, autorização, garantias e demais condições são idênticas aos do Programa de Plântio.

Na etapa 1975-76 foi financiado, em todo o Brasil, o replântio de 107 milhões de covas. Deste total, 31 milhões de covas foram financiados em

São Paulo, onde as regiões mais beneficiadas com o programa foram as de Marília, Presidente Prudente, Bauru e Sorocaba, atingidas pelas geadas de 1975; em conjunto estas regiões recebem 90% do financiamento (quadro 23).

Até a etapa 1974-75 tinha sido financiado o plantio de 262 milhões de covas destas regiões. Foram, portanto, substituídos 11% das covas financiadas pelo PRRC nas etapas 1969-70 a 1974-75, nestas regiões.

Quando se observa os dados por sub-região, verifica-se que Marília, Ourinhos e Adamantina receberam 50% do financiamento concedido através deste programa (anexo 6). Dos 47 milhões de covas financiados pelo PRRC, nas etapas que antecederam à geada, 33,5% foram replantados com financiamento nestas sub-regiões.

As lavouras geadas formadas com financiamento a partir de 1969/70 ainda tinham débito ou mesmo, no caso das formadas mais recentemente, tinham ainda parcela a receber. Neste caso, foi feito um reescalonamento da dívida e providenciaram-se recursos para o replantio, objetivando a formação de novas lavouras para atender à demanda pelo produto.

QUADRO 23. - Posição dos Financiamentos para Replantio de Cafezais Geados, por Região, Estado de São Paulo, Etapa 1975-76

Região	Nº contratos	Nº covas financiadas	%
Araçatuba	214	1.033.320	3,3
Bauru	361	4.306.118	13,7
Campinas	49	337.542	1,1
Marília	983	13.772.536	43,9
Presidente Prudente	668	7.590.625	24,2
Ribeirão Preto	48	601.209	1,9
S.J. Rio Preto	138	1.189.910	3,8
São Paulo	2	6.500	0,1
Sorocaba	193	2.521.600	8,0
Total	2.656	31.359.360	100,0

Fonte: Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo (BANESPA).

4.10 - Programa Especial de Substituição de Cafezais Geados

O objetivo deste programa foi a formação de novas lavouras de café, com altos índices de produtividade, em substituição às lavouras geadas irrecuperáveis, e que não estavam amparadas pelo PRRC. Os financiamentos para substituição somente foram concedidos nas áreas zoneadas (zoneamento ecológico para plantio) atingidas pelas geadas, nos estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Este programa, instituído em 1975/76, é análogo ao de Replanteio de Cafezais Geados. O programa de replanteio atinge cafezais financiados e o de substituição atende a cafezais formados sem financiamentos.

Para este programa aplicaram-se as mesmas condições e normas do Programa de Plantio.

Foi admitida a substituição de até 50% das lavouras atingidas pelas geadas e consideradas irrecuperáveis. O limite máximo financiado, para proprietários que possuíssem mais de 200 mil covas, era de 100 mil covas por mutuatário.

Este programa substituiu 38 milhões de pés no Brasil, dos quais cerca de 12,5 milhões no Estado de São Paulo. Dos cafezais substituídos com financiamento no Estado de São Paulo, 57% eram da região de Marília; esta região juntamente com a de Presidente Prudente teve uma participação de 81% no programa (quadro 24).

Em realidade, como pode ser visto no anexo 6, a área de ação do programa foi bastante concentrada. As sub-regiões de Marília e Ourinhos receberam 48% do financiamento concedido através deste programa e estas duas sub-regiões, juntamente com a de Adamantina e Botucatu, receberam 76% do financiamento concedido no Estado de São Paulo.

Este programa de substituição de cafezais geados, que não tinham sido financiados, foi muito importante, uma vez que o agricultor teria muita dificuldade para substituí-los com recursos próprios.

5 - REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO NA CAFEICULTURA PAULISTA

A adoção de determinadas tecnologias, quando se trata de culturas perenes, é um processo bastante lento. A adoção, neste caso, não é só influenciada pela rentabilidade da prática ou do processo, mas ainda pelos ris

QUADRO 24. - Posição dos Financiamentos para Substituição de Cafezais Geados, por Região, Estado de São Paulo, Etapa 1975-76

Região	Nº contratos	Nº covas financiadas	%
Araçatuba	38	169.800	1,4
Bauru	59	471.450	3,8
Campinas	2	4.000	0,0
Marília	818	7.118.323	57,3
Presidente Prudente	376	2.938.350	23,7
Ribeirão Preto	1	10.000	0,1
S. J. Rio Preto	18	191.500	1,5
São Paulo	-	-	-
Sorocaba	129	1.511.270	12,2
Total	1.441	12.414.693	100,0

Fonte: Relatórios das Agências do Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo ao Instituto Brasileiro do Café.

cos envolvidos na nova técnica ou em eventuais mudanças no seu sistema de produção. No caso do café, mesmo que o agricultor reconheça as vantagens de um novo cultivar, a erradicação do cafezal implica pelo menos três custos: o de erradicação, o de formação de nova lavoura e o de renúncia a uma renda (lucros cessantes) durante a formação do novo cafezal. Logo, a decisão torna-se mais difícil e mais lento o processo de adoção. No entanto, certos instrumentos de política agrícola como o crédito e a assistência técnica, podem acelerar este processo.

Presume-se que os programas de fornecimento de crédito à cafeicultura nacional e paulista tiveram um papel de muita importância no processo de mudança tecnológica desta cultura ⁽²⁾.

Uma análise detalhada das mudanças ocorridas na cafeicultura pau-

⁽²⁾ Para verificar a validade desta pressuposição, se faz necessário um estudo específico antes e após o programa de crédito.

·lista entre 1958 - época em que o IEA realizou exaustiva pesquisa sobre a cafeicultura (5) - e os dias de hoje é objeto de outro trabalho. No momento, atêm-se a uma análise das modificações ocorridas nas características gerais da cafeicultura paulista, neste período, que presume-se terem tido como causa a relativa disponibilidade de crédito para a cultura.

Inicialmente, os programas de erradicação e plantio provocaram grande modificação no parque cafeeiro. Atendo-se ao caso de São Paulo, verifica-se que no período de 1969/70 a 1977/78 houve financiamento para plantio de 447 milhões de covas. Considerando que o parque cafeeiro paulista em junho de 1978, segundo o IEA, era de 962 milhões de covas, tem-se que 46% dos cafezais são relativamente novos, plantados com técnicas modernas, com cultivares mais produtivos.

Com os programas de erradicação e plantio houve uma acentuada mudança na composição etária dos cafezais paulistas. Em 1958, a população cafeeira paulista era de 1,47 bilhão de covas, das quais 31% com mais de 30 anos; havia 30% dos cafeeiros na faixa de 13 a 30 anos. Dados do IEA de abril de 1978 mostram que nesta data apenas 22% da população cafeeira tinham mais do que 15 anos. Uma população cafeeira mais nova indica um potencial produtivo bem maior, especialmente quando esta é composta de cafezais formados com cultivares mais produtivos.

A composição da população por cultivar também mudou radicalmente (4). Atualmente, a população é formada por cultivares melhorados, mais produtivos e livres de muitos defeitos (quadro 25).

O programa de erradicação de cafezais improdutivo, levado a efeito dos anos 60, provocou uma substancial modificação na área cultivada com café no Estado. No período 1955/58, cerca de 1.624 mil hectares eram cultivados com café, enquanto em 1978 a área destinada à cafeicultura era de 962 mil hectares, o que significa um decréscimo de cerca de 41%, ou seja, a liberação de 662 mil hectares para novos plantios ou para outras culturas. Isso é confirmado pelo fato de que, enquanto em 1958 o café representava 31% da área cultivada no Estado, atualmente representa apenas cerca de 16%.

A redução na área dedicada à cafeicultura foi mais que proporcional à redução ocorrida na população cafeeira. Este fato se explica por um adensamento ocorrido nos novos plantios. Enquanto em 1958 a densidade média era de 864 covas/ha, em 1978 esta densidade passou para cerca de 1.000 covas/ha. Esta mudança no espaçamento médio entre plantas é resultado das pesquisas realizadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que concluíram ser possível um aumento de produção por área através da redução no espaçamento.

QUADRO 25. - Composição da População Cafeeira em Produção, por Cultivar, São Paulo, 1958 e 1978

Cultivar	1958 ⁽¹⁾		1978	
	milhão de covas	%	milhão de covas	%
Nacional	633,6	49,5	-	-
Bourbon	572,2	44,7	58,5	8,3
Caturra	70,2	0,8	7,0	1,0
Mundo Novo	64,0	5,0	555,5	78,9
Outros *	-	-	82,1	11,8
Total	1.280,0	100,0	704,1 ⁽²⁾	100,0

⁽¹⁾ A população cafeeira total era de 1,47 bilhão de covas.

⁽²⁾ Não incluídas 22 milhões de cafeeiros adultos sem produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A adubação e calagem dos cafezais também sofreu uma grande mudança. Em 1958 utilizava-se, quase que exclusivamente, adubação orgânica. Com a evolução dos fertilizantes e com o fornecimento de crédito para sua compra e de corretivos, seu uso passou a ser mais intenso. Pressupõe-se que áreas de cafeicultura mais moderna se utilizem de mais adubação. Levantamento do IEA, realizado em julho de 1975, mostra que no ano agrícola 1974/75 a região de Ribeirão Preto, que na época detinha 16% dos cafezais do Estado, utilizou 32% do total de adubo consumido nas propriedades cafeeiras do Estado.

O emprego de defensivos em grande escala tem sido possível graças aos financiamentos que, regra geral, têm tido juros iguais a zero. Houve ainda um programa paralelo de financiamento para aquisição de equipamentos de defesa sanitária. A adubação foliar também vem sendo utilizada com maior intensidade, graças à existência nas propriedades cafeeiras de equipamentos para aplicação de defensivos e a possibilidade de se realizar a adubação foliar conjuntamente com essa aplicação. Por exemplo, hoje é bastante comum a aplicação de zinco e boro em operação conjunta com a aplicação de defensivos.

Outra característica das lavouras novas, por exigência técnica dos projetos a serem objeto do financiamento, é que são formadas em curva de nível visando à conservação do solo, enquanto as antigas lavouras eram formadas em quadro. Quanto ao espaçamento, as lavouras novas são também formadas de modo a permitir a mecanização.

Lavouras antigas muitas vezes eram formadas com sementes colocadas diretamente na cova, o que permitia a ocorrência de grande quantidade de falhas ou o nascimento, em uma mesma cova, de uma quantidade grande de pés. Hoje o plantio financiado só é permitido quando feito com mudas, o que reduz a quantidade de falhas. Além do mais, as mudas utilizadas em plantio financiado têm que ter boas condições sanitárias. Estas são garantidas pelas exigências técnicas feitas aos viveiros comerciais; a liberação de mudas só é dada quando elas apresentam boas condições de sanidade e de vigor vegetativo. Com a existência do Programa de Financiamento para Formação de Mudanças em viveiros comerciais, a produção de mudas atende às necessidades de plantio.

Os vários tipos de poda, que vêm recebendo financiamento, também aumentam ou mantêm a capacidade de produção dos cafezais, além de facilitarem os tratamentos culturais. A poda reduz temporariamente a produção, ou mesmo, a torna nula, no caso da recepa. Como não há produção por 2 anos ou 1 ano, caso de recepa e decote, o agricultor não poderia utilizar a linha de crédito de custeio comum quando emprega estas técnicas. Sendo assim, foi instituída uma linha especial de crédito para atender às necessidades de cafezais que necessitassem destas técnicas.

Todas as mudanças ocorridas na cafeicultura paulista e na forma de conduzi-la levaram a um aumento de produtividade da cultura. Esta produtividade, que no período 1940/49 era de 433kg de café beneficiado por 1.000 covas em produção, no decênio 1966-75 foi de 714kg. No período 1970-75, a produtividade da cafeicultura paulista foi de 790kg.

O aumento de rendimento elevou a média anual da produção paulista no período 1972-75 em cerca de 10% em relação aos níveis prevalecentes no período 1954-58, o que corresponde, respectivamente, a 550 e 508 mil toneladas, embora a área cultivada tenha sofrido uma redução de 47% neste período.

Há que se ressaltar que o impacto do crédito na cafeicultura, através dos Planos de Renovação e Revigoração, se deve à existência de diferentes programas que atingem diferentes aspectos da produção cafeeira. Financiar o plantio, por exemplo, não teria grande probabilidade de sucesso se não houvesse um programa paralelo de formação de mudas e posteriormente um programa de financiamento das operações de custeio. Adoção de cultivares me

·lhorados sem adubação conveniente e espaçamento adequado às condições locais não seria muito proveitosa.

As modificações na cafeicultura paulista não teriam ocorrido caso os resultados da pesquisa não fossem levados aos agricultores. Os pacotes tecnológicos fornecidos pela pesquisa somente foram adotados pelos cafeicultores na medida em que o crédito orientado esteve disponível.

6 - CONCLUSÃO

Dois são os pontos fundamentais que este trabalho pretende realçar. De um lado, o crédito analisado do ponto de vista de seu papel nas transformações da cafeicultura estadual e, de outro, as destinações dos diferentes tipos de crédito disponíveis aos cafeicultores e a importância do crédito nas diferentes regiões produtoras de café no Estado de São Paulo.

Com relação ao crédito para investimento, os dados existentes não permitem grandes conclusões, dada a sistemática de sua apresentação utilizada pelo Banco Central, que inclui no item "crédito para investimento" na cafeicultura somente o montante destinado à formação da cultura. Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos e para construções estão incluídos como outro item de investimento. Não obstante, os dados mostram que de 7% a 10% do crédito agrícola concedido no período foram destinados à cafeicultura brasileira.

Dado que nas estatísticas o crédito para investimento na cafeicultura se destina à formação de cafezais, pode-se perceber sua importância quando se analisa o total de cafeeiros plantados com financiamento. Como pode ser visto no quadro 13, no período 1969/70 a 1976/77 foi financiado o plantio de 1,5 milhão de covas no Brasil. No Estado de São Paulo (quadro 14), neste mesmo período, foi financiado o plantio de 393,7 milhões de covas, que representam cerca de 45% da população cafeeira paulista.

Na análise do crédito há que se ressaltar a importância do crédito de custeio para a cafeicultura e para as demais culturas, dado que, de um lado, os produtores de alguma forma já detêm os fatores de produção (disponibilidade de capital) e, por outro, a comercialização estar quase fora da esfera de ação do produtor, o que implica a necessidade e dependência, do produtor, do capital de giro da empresa. A participação do crédito de custeio no total de crédito recebido pela cafeicultura paulista nos três anos anali-

sados, 1974 a 1976, foi de 61%, 44% e 55%. Esta percentagem poderia ter-se mantido em média ao redor de 60% nos três anos analisados, não fosse a ocorrência da geada em 1975, que provocou um aumento na quantidade demandada por crédito para comercialização, dadas as expectativas de aumento nos preços no período que se seguiu à geada.

A nível de região do Estado de São Paulo, utilizando-se o conceito de crédito de investimentos, segundo o Banco Central, nos anos agrícolas 1974/75 a 1976/77 as regiões de Ribeirão Preto, Bauru e Marília receberam 62% do total, enquanto as cinco principais regiões produtoras, englobando ainda São José do Rio Preto e Presidente Prudente, receberam conjuntamente 86% do total.

No que se refere ao crédito de custeio, as regiões de Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente detiveram as maiores parcelas, já que possuem também a maior percentagem da população em produção.

Com relação ao apoio oferecido pelo crédito à cafeicultura, os próprios programas englobados no PRRC representam, por si sós, toda a base de transformação da cafeicultura. Dados citados neste trabalho evidenciam, por exemplo, o resultado destes programas na elevação da produtividade dos cafezais. Com efeito, na década de 60 a produtividade foi de 556kg café benef./1.000 covas, enquanto no período 1970-75 a produtividade foi de 790kg. Esta mudança não teria ocorrido em espaço tão curto de tempo para uma cultura permanente - um ativo fixo - caso o crédito não estivesse disponível ao produtor.

LITERATURA CITADA

1. BANCO CENTRAL do BRASIL. Estatística de crédito rural. Brasília, DF, 1974, 1975 e 1976.
2. BANCO do BRASIL S/A. Estatística de créditos concedidos: atividade rural. Rio de Janeiro, 1974, 1975 e jan./jul. 1976.
3. BANCO do ESTADO de SÃO PAULO. Estatística mensal de crédito rural. São Paulo, 1974, 1975 e 1976.
4. FONSECA, Maria Aparecida S. Retorno social aos investimentos em pesquisa na cultura do café. Piracicaba, SP, ESALQ/USP, 1976. (Tese de M.S.)
5. FOOD and AGRICULTURE ORGANIZATION. Coffee in Latin America, Brazil, the State of São Paulo. México, 1960. v.2 part. 2.
6. INSTITUTO BRASILEIRO do CAFÉ. Plano de renovação e revigoramento de cafezais 1969/70, 1970/71, 1971/72, 1972/73, 1973/74, 1974/75, 1975/76 e 1976/77. Rio de Janeiro, 1976.
7. Programa de racionalização da cafeicultura brasileira. Rio de Janeiro, 1962. 5v.
8. MATSUNAGA, Minoru et alii. Economia cafeeira: a situação atual da cafeicultura no Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Instituto de Economia Agrícola, 1978. (Relatório preliminar de pesquisa).
9. PEREIRA, A. do C. & XAVIER, H.M.O. Economia cafeeira - racionalização da cafeicultura brasileira: período 1961-70. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, GERCA, 1971. 36p. (mimeo.).
10. SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura. CATI. Centro de Orientação Técnica, Seção de Café Resumos dos laudos concedidos pelo Engenheiros Agrônomos de Casa de Agricultura para fornecimento de crédito. Campinas, SP. Diversos anos.

ANEXOS

ANEXO I

Resumo dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

QUADRO A.1.1 - Objetivos dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudaz
1969/70	O financiamento deste programa abrangeu o plantio e a formação de lavouras de café tecnicamente orientados, objetivando a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade.			
1970/71	Idem	Promover em níveis economicos o aumento da produtividade das lavouras pela utilização de práticas racionais de adubação e calagem. Promover a curto prazo, adequação da produção brasileira de café, em vista dos déficits previstos em relação à demanda. Incentivar a introdução de técnicas corretas de adubação e calagem através do Crédito Orientado.	Estabelecer financiamentos visando estimular a aquisição de defensivos, para o combate às pragas e o controle de ferrugem do cafeeiro.	-Suprir a quantidade de mudas necessárias para o plantio programado. -incentivar a formação de mudas de boa qualidade e de alto potencial produtivo. -desenvolver o sistema de cooperativismo e associativismo mediante financiamento a prefeituras, cooperativas, sindicatos, etc.
1971/72	Idem	Idem	Idem	Idem
1972/73	Idem	Idem	Idem	Idem
1973/74	Idem	Idem	Idem	Idem, tendo sido absolvido o terceiro item
1974/75	Idem	Idem	Idem	Idem
1975/76	Complementar o plantio previsto na etapa 1974/75, utilizando os recursos disponíveis para a implantação de novos cafezais em áreas com interesse do desenvolvimento regional e retomar o plantio em cafezais para suprir os níveis de produção brasileira de café, reduzido em razão da última colheita.	Idem - Fornecer os parâmetros de necessidade de recursos a fim de ordenar a inclusão da cultura do café dentre os subsídios aprovados para os fertilizantes.	Idem	Suprir a necessidade de mudas para: -replantio nas áreas geodas - plantio nas áreas destinadas à substituição de cafezais e; -Plantio nas áreas zoneadas do Programa de Financiamento do Plantio de Cafezais da Safra 75/76. Atingem somente viveiros comerciais.
1976/77	Plantio e formação de lavouras tecnicamente orientados, objetivando a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade.	Incrementar a utilização de adubos dando suporte aos cafeicultores para fazer face à atual alta dos fertilizantes. Tal medida resultará, a curto prazo, na manutenção e aumento dos níveis de produtividade das lavouras. Paralelamente a programação fornece os parâmetros de necessidade de recursos a fim de ordenar a inclusão da cultura do café dentre os subsídios aprovados para os fertilizantes.	Fornecer estímulos creditícios para aquisição de fungicidas, herbicidas, inseticidas e veiculadores necessários ao controle de pragas, doenças e invasores dos cafeeiros destacando-se a ferrugem, a broca, o bicho-mineiro, as ervas daninhas, outras doenças e pragas ocasionais.	Formação de mudas de boa qualidade, para suprir as necessidades do plantio nas áreas zoneadas do Programa de Financiamento do Plantio de Cafezais da Safra 76/77. Os financiamentos destinam-se somente à formação de mudas em níveis comerciais.

QUADRO A 1.1 - Objetivos dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(conclusão)

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa e Decote	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrutura de Propriedades Cafeeiras
1969/70	-	-	-	
1970/71	-	-	-	
1971/72	-	-Criar condições favoráveis ao controle da ferrugem e recuperar e aumentar a produtividade de cafezais "fechados" ou em vias de fechamento.	-	
1972/73	Neste programa está previsto o subsídio dos juros dos créditos concedidos para aquisição de equipamentos para defesa fitossanitária de lavouras de café contribuindo para a manutenção e aumento de produtividade dos cafezais mediante a proteção dos mesmos contra pragas e doenças.	Idem	-	
1973/74	Idem	Idem	-	
1974/75	Idem, sendo prevista a aplicação de recursos na aquisição de equipamentos de defesa fitossanitária de lavouras de café.	Idem.	-	
1975/76	Idem	Estimular a execução dessas práticas e, as sim aumentar o efeito benéfico que elas proporcionam, quais sejam: recuperação da produtividade das lavouras fechadas ou em vias de fechamento; maior facilidade para execução dos tratos na lavoura e melhoria da qualidade do café colhido.	Objetivam o plantio de novos cafezais em pequenas quantidades anuais, p/ contrabalançar os cafeeiros que saem de produção por movendo a longo prazo, uma substituição das lavouras que vem sendo exploradas rotineiramente, por outras conduzidas racionalmente.	Sim
1976/77	Idem	Idem	-	Sim

QUADRO A 1.2 - Metas a Atingir e Recursos Necessários dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
Metas a atingir (milhões covas)				
1969/70	50,0	-	-	-
1970/71	130,0	600,0	400,0	300,0
1971/72	120,0	720,0	Pragas 300,0 Dcenças 30,0	150,0
1972/73	200,0	800,0	450,0	200,0
1973/74	245,0	800,0	(dado em cruzeiros)	280,0
1974/75	200,0	(Cr\$)	(idem)	200,0
1975/76	144,0	(não explicitada)	(não explicitada)	400,0
1976/77	330,0	(Cr\$)	(Cr\$)	400,0
Recursos necessários (milhões Cr\$)				
1969/70	cerca de 63,0	-	-	-
1970/71	cerca de 208,0	240,0	?	30,0
1971/72	252,0(240 + 12)	213,8	27,0	15,0
1972/73	609,0	360,0	41,5	24,5
1973/74	769,5	440,0 + 21,12 + 18,44	126,8	37,5
1974/75	cerca de 1.000,0	500,0	250,0	30,0
1975/76	cerca de 864,0	(não especificada)	(não especificada)	100,0
1976/77	cerca de 2.640,0	2.100,0	150,0	140,0

QUADRO A 1.2 - Metas a Atingir e Recursos Necessários dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

Ann	Programa			(conclusão)
	Equipamentos	Recepa e Decote	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrutura de Propriedades Cafeeiras
Metas a attingir (milhões covas)				
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	20,0	-	-
1972/73	-	20,0	-	-
1973/74	-	30,0	-	-
1974/75	(Cr\$)	20,0	-	-
1975/76	(não explicitada)	(não explicitada)	(não explicitada)	(não explicitada)
1976/77	(Cr\$)	10,0	-	(não explicitada)
Recursos necessários (milhões Cr\$)				
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	4,9	-	-
1972/73	5,2	6,1	-	-
1973/74	147,0 (120 + 27)	10,1	-	-
1974/75	150,0	10,0	-	-
1975/76	(não especificada)	(nao especificada)	(não especificada)	(não especificada)
1976/77	100,0	12,0	-	(não especificada)

QUADRO A 1.3 - Liberação do Financiamento dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa				
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudis	
1972/73	Abril a Jun/72	\$0,30	De uma só vez ou em parcelas, de acordo com o Plano Técnico.	De uma só vez ou em parcelas, de acordo com o Plano Técnico.	70% na assinatura 30% 3 meses após
	A partir de Jun./72	\$0,80			
	Jan. a Maio/73	\$0,70			
	A partir de Ago./73	\$0,225			
	A partir de Jan./74	\$0,225			
	A partir de ago./74	\$0,375			
1973/74	A partir de Jan./75	\$0,375			
	Na contratação	\$0,60	De uma só vez ou em parcelas, de acordo com o Plano Técnico.	De uma só vez ou em parcelas, de acordo com o Plano Técnico.	70% na assinatura 30% 3 meses após
	A pedido, após a 1ª	\$0,60			
	Jan. a Maio/74	\$0,70			
	A partir de Ago./74	\$0,225			
	A partir de Jan./74	\$0,225			
A partir de Ago./75	\$0,375				
1974/75	A partir de Jan./76	\$0,375			
	Na contratação	\$1,00	De uma só vez, ou em parcelas, com pagamento direto Agentes Financeiros-vendedores, contra comprovantes de venda.	De uma só vez ou em parcelas, em pagamentos direto Agentes Financeiros-vendedores, contra comprovantes de venda.	70% na assinatura 30% 3 meses após
	A pedido, após a 1ª	\$0,70			
	Jan. a Maio/75	\$0,80			
	A partir de Ago./75	\$0,50			
	A partir de Jan./76	\$0,50			
A partir de Ago./76	\$0,75				
1975/76	A partir de Jan./77	\$0,75			
	No ato de contratação	\$1,20	De uma só vez, ou em parcelas, com pagamento direto Agente Financeiro.	De uma só vez ou em parcelas, em pagamentos direto Agentes Financeiros-vendedores, contra comprovantes de venda.	70% na assinatura 30% após 3 meses, ou antes, desde que comprovado pelo agente financeiro, através da fiscalização, que mudas financiadas atingiram o estágio de orelha-de-onça ou fase mais avançada.
	A pedido após a aplicação da 1ª parcela	\$0,84			
	Jan./76 a Maio/76	\$0,96			
	A partir de Ago./76	\$0,60			
	A partir de Jan./77	\$0,60			
A partir de Ago./77	\$0,90				
1976/77	A partir de Jan./78	\$0,90			
	No ato de contratação	\$1,60	De uma só vez, ou em parcelas, através de pagamento direto Banco vendedor, contra nota.	De uma só vez ou em parcelas, em pagamento direto Agentes Financeiros-vendedores, contra comprovantes de venda.	70% na assinatura e 30% após 3 meses, ou antes, desde que comprovado pelo agente financeiro, através da fiscalização, que as mudas financiadas atingiram o estágio de orelha-de-onça ou fase mais avançada.
	A pedido após a aplicação da 1ª parcela	\$1,20			
	Jan./77 a Maio/77	\$1,20			
	A partir de Ago./77	\$0,80			
	A partir de Jan./78	\$0,80			
A partir de Ago./78	\$1,20				
1977/78	A partir de Jan./79	\$1,20			

QUADRO A 1.3 - Liberação do Financiamento dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut.Prop. Cafeeira
1972/73	De uma sô vez, ou parcela das, de acordo com o Plano Técnico.	50% na assinatura 50% apôs a recepa	-	-
1973/74	De uma sô vez, ou parcela das, de acordo com o Plano Técnico.	50% na assinatura 50% apôs a recepa	-	-
1974/75	De uma sô vez, ou parceladas, com pagamento direto Agente Financeiro-vendedores, contra comprovantes de venda.	50% na contratação 50% apôs a recepa	-	-
1975/76	De uma sô vez, ou parceladas, com pagamento direto dos Bancos aos vendedores, contra comprovante da respectiva venda.	50% na contratação 50% apôs a poda, mediante fiscalização prévia	-	-
1976/77	De uma sô vez, ou parceladas, com pagamento direto dos Bancos aos vendedores contra comprovante de respectiva venda.	50% na contratação 50% mediante fiscalização prévia, apôs a poda.	-	-

QUADRO A 1.4 - Limites de Financiamento aos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
1969/70	20 mil covas ou 12,6ha ⁽¹⁾	-	-	-
1970/71	50 mil covas ou 30,0ha ⁽²⁾	De acordo com o plano técnico, observando-se os limites por ha.	De acordo com o plano técnico, observando-se os limites, por ha.	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1971/72	Até 50 mil covas ou 30,0ha	De acordo com o laudo técnico do Eng ^o Agr ^o (Produtividade média: 20-30sc/1000 pés)	De acordo com o laudo técnico do Eng ^o Agr ^o	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1972/73	Até 200 mil covas ou 120,0ha	De acordo com o laudo técnico do Eng ^o Agr ^o , (produtividade média: 20-30sc/1000 pés)	De acordo com o laudo técnico do Eng ^o Agr ^o	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1973/74	Até 200 mil covas ou 120,0ha	De acordo com plano técnico que acompanha a proposta.	De acordo com o plano técnico que acompanha a proposta	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1974/75	Até 300 mil covas ou 180,0ha	De acordo com o orçamento elaborado pelo Eng ^o Agr ^o no plano técnico	De acordo com o orçamento elaborado pelo Eng ^o Agr ^o no plano técnico	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1975/76	Até 300 mil covas ou 180,0ha	De acordo com o orçamento elaborado por Eng ^o Agr ^o , no plano simples que acompanha a proposta	De acordo com o orçamento elaborado pelo Eng ^o Agr ^o , no plano simples que acompanha a proposta	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas
1976/77	Até 300 mil covas ou 180,0ha	De acordo com o orçamento elaborado por Eng ^o Agr ^o , no plano simples que acompanha a proposta.	De acordo com o orçamento elaborado pelo Eng ^o Agr ^o , no plano simples que acompanha a proposta	⁽³⁾ Máximo 1 milhão mudas Mínimo 100 mil mudas

⁽¹⁾ Posteriormente, o limite de financiamento foi ampliado para 40.000 covas

⁽²⁾ No Estado do Rio, o limite de financiamento foi de 3.000 covas ou 3,00ha

⁽³⁾ O financiamento fora deste limite só poderá se realizar após análise e aprovação da Chefia do DAC-GERCA

QUADRO A 1.4 - Limites de Financiamento dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(Conclusão)

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut.Prop. Cafeeira
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	De acordo com o laudo técnico do Engº Agrº	-	-
1972/73	De acordo com o plano técnico que acompanha a proposta	De acordo com o laudo técnico do Engº Agrº	-	-
1973/74	De acordo com o plano técnico que acompanha a proposta	De acordo com o laudo técnico do Engº Agrº	-	-
1974/75	De acordo com orçamento e laborado pelo Engº Agrº, no plano técnico	De acordo com o orçamento elaborado pelo Engº Agrº, no plano técnico	-	-
1975/76	De acordo com orçamento e laborado pelo Engº Agrº, no plano técnico	De acordo com o orçamento elaborado junto ao laudo de avaliação e plano agronomico pelo Engº Agrº	De acordo com orçamento elaborado pelo Engº Agrº, que acompanha a proposta de financiamento.	De acordo com orçamento elaborado por Engº Agrº, de entidade oficial que acompanha o projeto simples.
1976/77	De acordo com orçamento e laborado pelo Engº Agrº em plano técnico	De acordo com o orçamento elaborado junto ao laudo de avaliação e plano agronomico pelo Engº Agrº	-	De acordo com orçamento elaborado por Engº Agrº, de entidade oficial que acompanha o projeto simples.

QUADRO A 1.5 - Limites do Financiamento dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(em cruzeiro)				
Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
1969/70	1,25/cova ou 2.000,00/ha	-	-	-
1970/71	1,60/cova ou 2.666,00/ha	Cafeeiros adultos 300,00/ha Cafeeiros c/3 anos 150,00/ha Cafeeiros c/2 anos 100,00/ha	Fungicidas, veiculadores e espa lhante p/ controle ferrugem 300,00/ha. Inseticida p/controle praga 50,00/ha	Até 0,10/muda
1971/72	2,00/cova (depois reajus tado para 2,50) ou 3.300,00/ha	Cafeeiros adultos até 360,00/ha Cafeeiros c/3 anos até 200,00/ha Cafeeiros c/2 anos até 150,00/ha	Para doenças 300,00/ha Para pragas 60,00/ha	Até 0,10/muda
1972/73	3,00/cova ou 5.000,00/ha	500,00/ha	Para doenças 350,00/ha Para pragas 56,00/ha	Até 0,12/muda
1973/74	5,00/cova ou 5.164,60/ha	600,00/ha	Para doenças 400,00/ha Para pragas 100,00/ha	Até 0,13/muda
1974/75	5,00/cova ou 8.330,00/ha	Adulto 1.200,00/ha c/3 anos 150,00/ha	Para doenças 500,00/ha Para pragas 150,00/ha	0,15/muda
1975/76	6,00/cova ou 9.996,00/ha	2.000,00/ha	Para fungicidas 500,00/ha Para inseticidas 210,00/ha	0,25/muda
1976/77	8,00/cova ou 13.328,00/ha	2.500,00/ha Cafeeiros geados recepados 1.500,00/ha	Para fungicidas 600,00/ha Para herbicidas 500,00/ha Para inseticidas 250,00/ha	0,35/muda

(Continua)

QUADRO A 1.5 - Limites do Financiamento dos Planos de Renovação e Revigoremento de Cafezais

Ano	(em cruzeiro)				(Conclusão)
	Programa				
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut. Prop. Cafeeira	
1969/70	-	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-	-
1971/72	-	0,24/cova	-	-	-
1972/73	De acordo com o plano elaborado	0,30/cova	-	-	-
1973/74	Equipamentos: De acordo com o plano técnico. Tratores: de acordo c/os elementos do programa ⁽¹⁾	0,33/cova	-	-	-
1974/75	Tratores e Equipamentos ⁽¹⁾	0,50/cova	-	-	-
1975/76	De acordo com o plano simples ⁽¹⁾	0,80/cova	Cr\$6,00/cova	9.996,00/ha	De acordo com o plano técnico
			Valor global por mutuário obedecendo ao limite de plant. correspondente a até 5% do objeto dos finan. de custeio.		
1976/77	De acordo com o plano simples ⁽¹⁾	1,20/cova 1.999,20/ha	-	-	De acordo com o plano técnico

⁽¹⁾ Montante de financiamento para microtratores: propriedades com menos de 25.000 covas NIHIL; propriedade com 25.000 a 50.000 covas, 1 unidade; propriedades com 50.000 a 100.000 covas, 2 unidades; propriedades com mais de 100.000 covas, 3 unidades.

QUADRO A 1.6 - Origem dos Recursos dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(em cruzeiro)

(Continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
1969/70	FDPA-C	-	-	-
1970/71	FDPA-C	-	-	FDPA-C
1971/72	FDPA-C	50% FDPA-C e 50% recursos (Crédito Rural) da Rede Bancária	50% FDPA-C e 50% recursos CR da Rede Bancária	FDPA-C
1972/73	FDPA-C	Idem	Idem	FDPA-C
1973/74	FDPA-C	70% FDPA-C e 30% recursos CR da Rede Bancária	70% FDPA-C e 30% recursos CR da Rede Bancária	FDPA-C
1974/75	FDPA-C	Idem	Idem	FDPA-C
1975/76	Não especificada	Recursos CR da Rede Bancária (BB e outras instituições autorizadas)	Não especificado	Não especificado
1976/77	Não especificada	Idem, podendo as instituições financeiras autorizadas utilizar recursos do PESAC (Banco Central)	Rede Bancária e/ou PESAC (Banco Central)	Não especificado

QUADRO A 1.6 - Origem dos Recursos dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(em cruzeiro)

(Conclusão)

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut. de Prop. Cafeeira
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	FDPA-C	-	-
1972/73	FDPA-C	FDPA-C	-	-
1973/74	50% FDPA-C 50% recursos CR Rede Bancária	FDPA-C	-	-
1974/75	Idem	FDPA-C	-	-
1975/76	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado
1976/77	Rede Bancária e/ou PESAC (B. Central)	Não especificado	Não especificado	Não especificado

QUADRO A 1.7 - Liberação do Financiamento Utilização do Crédito dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(em cruzeiro)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
1969/70	Fevereiro-Maio/70	\$ 0,75	-	-
	Agosto-Dezembro/70	\$ 0,10		
	Janeiro-Agosto/71	\$ 0,16		
	Agosto-Dezembro/71	\$ 0,16		
	Janeiro-Julho/72	\$ 0,16		
1970/71	Agosto/70-Maio/71	\$ 0,96	De uma só vez, ou em parcelas diretamente do agente financeiro ao vendedor	De uma só vez, ou em parcelas, diretamente do agente financeiro ao vendedor
	Agosto/71-Jan/72	\$ 0,12		
	Janeiro/72-Ago/72	\$ 0,12		
	Agosto/72-Jan/73	\$ 0,20		
1971/72	Agosto a Dez/71	\$ 0,70	De uma só vez, ou parcelado, de acordo com o Plano Técnico	De uma só vez, ou parcelados de acordo com o Plano Técnico
	Janeiro a Maio/72	\$ 0,50		
	Agosto a Dez/72	\$ 0,15		
	Janeiro a Julho/73	\$ 0,15		
	Agosto a Dez/73	\$ 0,25		
	A partir Jan./74	\$ 0,25		70% na assinatura 30% 3 meses após

-37-

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut. Prop. Cafeeira
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	50% na assinatura 50% após a recepa	-	-

QUADRO A.1.B - Período de Contratação, Período de Execução e Aproveitamento dos Planos de Renovação e Revivimento de Cafezais

(Continua)

Ano	Plantio	Programa		
		Fertilizantes e corretivos	Defensivos	Formação de mudas
1969/70	Durante o período 69/70 aos que tiveram condições de plantar			
1970/71	01/09/70 a 31/05/71	Durante o ano agrícola	Durante o ano agrícola	até 31/12/70
1971/72	até 31/05/72	31/05/72	até 31/05/72	01/05/71 a 31/12/71
1972/73	até 31/05/73	até 31/05/73	até 31/05/73	01/05/72 a 31/12/72
1973/74	até 31/05/74	até 31/05/74	até 31/05/74	até 31/12/73
1974/75	até 31/05/75	até 31/05/75	até 31/05/75	até 31/12/74
1975/76	até 31/05/76	até 31/05/76	até 31/05/76	até 31/12/75
1976/77	até 31/05/77	até 31/05/77	até 31/05/77	até 31/12/76
1969/70	Plantio no ano agrícola 69/70			
1970/71	Plantio até 31/07/71 (1)	Durante o ano agrícola de acordo com a época indicada	Durante o ano agrícola de acordo com a época indicada	até 31/07/71
1971/72	até 31/07/72	Época recomendada para adubação de acordo com o plano técnico	Época recomendada para adubação de acordo com o plano técnico	até 31/07/72
1972/73	até 31/07/73 (2)	Idem	Idem	até 31/07/73 (2)
1973/74	até 31/07/74 (2)	Idem	Idem	até 31/07/74 (2)
1974/75	até 31/07/75 (3)	Idem	Idem	até 31/07/75
1975/76	até 31/07/76 (3)	Idem	Idem	até 31/07/76
1976/77	até 31/07/77 (3)	Idem	Idem	até 31/07/77
1969/70	3 parcelas anuais: 4º ano: 20% 5º ano: 30% 6º ano: 50%			
1970/71	Idem	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/71 e 15/11/72	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/71 e 15/01/72	1/3 no 12º mês 1/3 no 15º mês 1/3 no 18º mês
1971/72	Idem	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/72 e 15/01/73	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/72 e 15/01/73	Idem
1972/73	Idem	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/73 e 15/01/75	Pagamento único, no vencimento da operação entre 15/10/73 e 15/01/75	Idem
1973/74	Idem	Pagamento único, no vencimento da operação até 31/10/75	Pagamento único, no vencimento da operação até 31/10/75	Idem
1974/75	Idem	Em parcela única, 2 anos após a contratação e marcada para após a colheita da safra 76/77	Em parcela única, 2 anos após a contratação e marcada para após a colheita da safra 76/77	Idem
1975/76	Idem	O resgate deverá ser marcado para após a colheita da safra 76/77, no máximo até 31 de outubro de 1976	O vencimento deverá ser marcado para após a colheita 76/77, no máximo até 31/10/76	Idem
1976/77	Idem	O resgate deverá ser marcado para após a colheita da safra 77/78, no máximo até 31/10/77. Nos casos de cafezais geados, recepadados, o resgate será marcado para após a colheita da safra 78/79, até 31/10/79	Em condições normais o vencimento deverá ser marcado para após a colheita da safra 77/78. No máximo até 31/10/77. Para os casos de cafezais geados e recepadados o vencimento será marcado para após a colheita da safra 77/78, no máximo até 31/10/78	Idem

(1) O prazo de plantio foi dilatado até 31/12/71.

(2) O período de execução para os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará se estenderam até 31/08.

(3) O programa de plantio para a Região Nordeste foi até 31/08/75.

QUADRO A 1.R - Período de Contratação, Período de Execução e Amortização dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

Ano	Equipamentos	Programa			(Conclusão)
		Recepa	Renovação gradual de cafezais	Melhoria da infra estrutura de propriedades cafeeiras	
1969/70	-	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-	-
1971/72	-	até 31/12/71	-	-	-
1972/73	até 31/05/73	até 31/12/72	-	-	-
1973/74	até 31/05/74	até 31/12/73	-	-	-
1974/75	até 31/05/75 (1)	até 31/12/74	-	-	-
1975/76	até 31/05/76	até 31/12/75	de 19/06/75 a 31/05/76	-	-
1976/77	até 31/05/77	até 31/12/76	-	-	-
1969/70	-	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-	-
1971/72	-	Época recomendada para recepa de a cordo com o laudo	-	-	-
1972/73	Época recomendada para utilização de acordo com o plano técnico	Idem	-	-	-
1973/74	Idem	Idem	-	-	-
1974/75	Idem	Idem	-	-	-
1975/76	Idem	Idem	até 31/07/76	-	-
1976/77	Idem	Idem	-	-	-
1969/70	-	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-	-
1971/72	-	Pagamento único no vencimento da o peração entre 15/10/73 e 15/01/74	-	-	-
1972/73	25% no 1º ano 25% no 2º ano 25% no 3º ano 25% no 4º ano	Pagamento único no vencimento da o peração entre 15/10/74 e 15/01/75	-	-	-
1973/74	Idem	Pagamento único no vencimento da o peração até 31/10/75	-	-	-
1974/75	Idem	Em parcela única, 2 anos após a contratação e marcada para após a colheita	-	-	-
1975/76	Idem	O resgate será feito em uma única parcela, após a colheita da safra 76/77, no máximo até 31/10/77	Os recursos para o plantio referen tes a cada parcela anual serão au torizados juntamente com aqueles destinados ao custeio das lavouras	-	-
1976/77	Idem	O resgate será feito em uma única parcela, após a colheita da safra 78/79, no máximo até 31/10/78	-	-	-

(1) Pulverizadores importados foram financiados até 31/11/74, observando-se o limite de 80% do valor.

QUADRO A 1.9 - Garantias dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudas
1969/70	NCR	-	-	-
1970/71	NCR	NCR salvo se o Banco solicitar outras garantias.	NCR salvo se o Banco solicitar outras garantias.	NCR
1971/72	NCR salvo se o Banco solicitar garantias reais.	Idem	Idem	NCR salvo se o Banco solicitar garantias reais.
1972/73	NCR ou garantias reais até 50 mil covas. Acima deste limite, só com garantias reais.	Idem	Idem	Idem
1973/74	NCR, sem garantias reais até Cr\$75.000,00 por propriedade. Acima deste valor, só com garantias reais.	Garantias usuais do Crédito Rural	Garantias usuais de CR	NCR, ou garantias reais até 100 vezes o maior salário mínimo. Acima desse valor só com garantias reais.
1974/75	Usuais de CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior salário.	Usuais do CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior salário mínimo no país.	Usuais de CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for maior que 100 vezes o maior salário mínimo.	Usuais do CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior salário mínimo.
1975/76	Idem	Idem	Idem	Idem
1976/77	Usuais do CR. Poderão ser admitida a dispensa de garantias reais para plantio com até 10.000 covas/menor salário (a até Cr\$80.000,00)	Usuais de CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior valor de referência vigente no país.	Usuais do CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior valor de referência vigente no país.	As garantias, serão usuais de CR podendo ser admitida dispensa de garantias reais quando o volume do financiamento for menor que 100 vezes o maior valor de referência vigente.

QUADRO A 1,9 - Garantias dos Planos de Renovação e Revigoremento de Cafezais

(Conclusão)

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut. de Prop. Cafeeira
1969/70				
1970/71				
1971/72	-	NCR salvo se o Banco solicitar garantias reais.		
1972/73	De acordo com as Normas das Carteiras Agrícolas.	Idem		
1973/74	Idem	Garantias usuais do CR. Até 100 vezes o maior salário mínimo é dispensável garantia real.		
1974/75	Usuais do CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior salário mínimo.	Usuais do CR. Poderão ser dispensadas garantias reais quando o valor for menor que 100 vezes o maior salário mínimo.		
1975/76	Idem	Idem	Usuais do CR	
1976/77	As garantias, serão usuais de CR podendo ser admitida dispensa de garantias reais quando o volume do financiamento for menor que 100 vezes o maior valor de referência vigente.	As garantias serão as usuais do CR podendo ser dispensada a constituição de garantias reais quando o valor do empréstimo for inferior a 100 vezes o maior valor da referência vigente no país.		

QUADRO A 1.10 - Juros dos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais

(Continua)

Ano	Programa			
	Plantio	Fertilizantes e Corretivos	Defensivos	Formação de Mudaz
1969/70	14% a.a. (financ.atē 50 sal.) 18% a.a. (financ. maior que 50 sal.) ⁽¹⁾	-	-	-
1970/71	6% a.a.	NIHIL	NIHIL	10% a.a.(financ. atē 50 salārios) 11% a.a.(financ.maior que 50 salārios)
1971/72	6% a.a.	7% a.a.	7% a.a.	6% a.a.
1972/73	3% a.a.	7% a.a.	NIHIL	3% a.a.
1973/74	6% a.a.	7% a.a.	NIHIL	6% a.a.
1974/75	7% a.a. (acima de 300.000cv. juros serāo de 15% a.a.)	NIHIL	NIHIL	7% a.a.
1975/76	7% a.a. (acima de 700.000cv. juros serāo de 15% a.a.)	15% e 13% juros (encargos financeiros)	NIHIL	7% a.a.
1976/77	7% a.a. (acima de 300.000cv. juros de 15% a.a.)	15% e 13% juros (encargos financeiros)	NIHIL	7% a.a.

⁽¹⁾ Posteriormente os juros foram alterados para 6% ao ano.

QUADRO A 1.10 - Juros dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais

Ano	Programa			
	Equipamentos	Recepa	Renovação Gradual de Cafezais	Melhoria da Infra Estrut. de Prop. Cafeeira
1969/70	-	-	-	-
1970/71	-	-	-	-
1971/72	-	6% a.a.	-	-
1972/73	NIHIL	3% a.a.	-	-
1973/74	NIHIL	6% a.a.	-	-
1974/75	7% a.a.	7% a.a.	-	-
1975/76	7% a.a.	7% a.a.	Normais de CR. (15%)	-
1976/77	7% a.a.	7% a.a.	-	-

ANEXO 2

Condições Técnicas Para Enquadramento dos Projetos

1 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE MUDAS

- As sementes a serem utilizadas deverão ser comprovadamente de boa origem
- Somente será financiada a formação de mudas da variedade Bourbon Amarelo, do cultivar Mundo Novo e do híbrido Catuaí.
- Deverão ser obedecidas as seguintes dimensões mínimas de recipientes 7cm de diâmetro e 18cm de altura para mudas a serem comercializadas a tê o 10º mês após a sementeação (para mudas de 1/2 ano), 9cm de diâmetro a 26cm de altura para mudas vendidas com idade de 12 a 18 meses (para mudas de 1 ano).

2 - PROGRAMA DE PLANTIO

2.1 - Variedades e Espaçamento

Serão admitidas para plantio as variedades Mundo Novo, Bourbon e Catuaí, bem como linhagens portadoras de fatores de resistência à ferrugem (SH2) em homozigose, comprovando a origem do material.

Poderá ser admitido, excepcionalmente, o financiamento do plantio de variedade robusta nas áreas aptas das zonas baixas e quentes no Estado do Espírito Santo, desde que os projetos com pareceres favoráveis dos setores técnicos sejam, em cada caso, aprovados pela diretoria do IBC. Com o objetivo de criar condições favoráveis ao controle da ferrugem, as lavouras deverão ser formadas dentro dos seguintes espaçamentos:

2.1.1 - Regiões sem deficiência hídrica

a) Mundo Novo e Bourbon

Entre ruas: 4,0 a 5,0 metros

Entre covas: 1 pé por cova - 1,0 a 1,5m

2 pés por cova - 2,0 a 3,0m

b) Catuaí

Entre ruas: 3,5 a 4,0 metros

Entre covas: 1 pé por cova - 1,0 a 1,5m

2 pés por cova - 2,0 a 3,0m

Notas:

- nos espaçamentos entre covas na linha, que variam entre 1,5 a 2,0 metros, o emprego de 1 ou 2 mudas ficará a critério do técnico responsável pela elaboração do Laudo Técnico de Avaliação e Plano Agronômico.
- com relação ao número de pés por cova, no sistema em renque, poderá também ser admitido o plantio de 2 pés por cova, desde que tecnicamente justificado.

2.1.2 - Regiões com deficiência hídrica

a) Mundo Novo e Bourbon Amarelo

Entre ruas: 4,0 a 4,0 metros

Entre covas: 2 pés por cova - 1,5 a 3,0m

b) Catuaí

Entre ruas: 3,5 a 4,0 metros

Entre covas: 2 pés por cova - 1,5 a 3,0m

Nota:

- Nessas regiões o plantio deverá ser feito sempre com duas mudas por cova.

2.1.3 - Para todas regiões, independente de altitude

- a) Plantios em distâncias inferiores a 3,0 metros entre ruas não serão admitidos, independente de justificativa técnica.
- b) Plantios em distâncias entre ruas inferiores a 4 metros no caso de Mundo Novo, Bourbon Amarelo e 3,5 metros no caso de Catuaí, somente serão admitidos mediante justificativa técnica, observando-se sempre o limite mínimo fixado em 3,0 metros.

Nota:

Entende-se por uma muda um recipiente, tenha ele uma ou duas plantinhas.

- c) Para variedade Robusta

Entre ruas: 3,5 a 5,0m

Entre covas: 1,5 a 3,0m

usando 1 a 2 mudas/cova

2.2 - Declividade

Para concessão do financiamento, a área onde será instalado o cafezal não poderá ter declividade média máxima superior a 50%.

2.3 - Sistema de Plantio

Para efeito dos financiamentos somente serão admitidos plantios com mudas. Não serão permitidos, portanto, plantios por semente.

2.4 - Substituição de Cafezais Improdutivos

O programa de plantio poderá abranger a substituição de lavouras já

existentes na proporção de até 20% da área total ocupada com café no imóvel, desde que não existam restrições de natureza técnica, principalmente aquelas de ordem fitossanitária e climática. Se o cafezal tiver menos de 10.000 covas, não haverá limite de substituição.

3 - RECEPA E DECOTE

3.1.- Proposta de Financiamento

O interessado no financiamento para recepça ou decote deverá dirigir-se ao Agente Financeiro, onde formalizará seu pedido através do preenchimento da Proposta de Financiamento.

Após a análise de capacidade de contratar do proponente, o Agente Financeiro encaminhará uma via da proposta ao Escritório Técnico (Sede de Agrônomo ou outro) de sua jurisdição.

3.2 - Análise da Viabilidade Técnica da Recepça ou Decote

De posse da proposta de Financiamento, o engenheiro agrônomo visitará a propriedade do interessado para verificar as condições de viabilidade da recepça ou decote, e, se viável, elaborar um laudo técnico para sua execução.

Na mesma ocasião, o engenheiro agrônomo deverá elaborar o orçamento para a execução da poda (recepça ou decote), em 5 vias. Este orçamento será parte integrante do Laudo Técnico de Recepça ou Decote.

O Laudo Técnico de Recepça ou Decote a ser elaborado em 5 vias deverá conter:

- Nome do interessado e endereço da propriedade.
- Características dos talhões onde será efetuada a recepça ou decote: área e número de cafeeiros; variedades e idade dos cafeeiros; espaçamento; e número de plantas por cova.
- Croquis identificando as áreas a serem podadas, bem como indicando o sistema a ser utilizado.

- Parecer técnico justificando, de maneira sucinta, as razões da poda ou, em caso contrário, indicando a inviabilidade da mesma.
- Número de cafeeiros que serão podados com o financiamento.
- Indicações sobre a técnica a ser utilizada: sistema de recepa ou decote (se total ou parcial; nesse último caso indicar o número de fileiras); época que será executada a operação; altura de corte e necessidade ou não de eliminação de pés por covas; desbrotas e adubações indicadas.

QUADRO A 3.1 - Resultado do Programa de Financiamento para Formação de Mudras de Café por Sub-Região - Etapas 1972/73 a 1976/77, Estado de São Paulo
(em 1.000 mudras)

Região Sub-região	Etapa									
	1972/73 ⁽¹⁾		1973/74 ⁽¹⁾		1974/75 ⁽²⁾		1975/76 ⁽³⁾		1976/77 ⁽³⁾	
	nº cont.	nº mud.								
Araçatuba										
Andradina	-	-	-	-	-	-	-	-	1	170
Araçatuba	1	200	-	-	-	-	3	1.200	-	-
Penápolis	1	200	1	200	2	500	3	1.300	7	1.960
Sub-total	2	400	1	200	2	500	6	2.500	8	2.130
Bauru										
Bauru	3	950	2	1.600	4	2.100	9	5.050	5	2.610
Lins	9	4.700	1	400	6	4.100	11	5.232	19	7.892
Jau	9	1.970	-	-	3	800	7	2.130	25	5.472
Sub-total	21	7.620	3	2.000	13	7.000	27	12.412	49	15.974
Campinas										
Campinas	7	2.550	-	-	-	-	4	1.890	4	1.080
Limeira	1	300	1	500	2	500	1	1.000	2	100
São João da Boa Vista	3	2.100	1	120	2	420	1	500	6	1.230
Casa Branca	7	2.000	-	-	1	30	5	2.000	9	1.880
Sub-total	18	6.950	2	620	5	950	11	5.390	21	4.290
Marília										
Marília	4	1.650	-	-	1	100	21	5.594	7	1.580
Ourinhos	10	5.050	5	1.140	10	4.980	10	4.550	8	2.620
Assis	3	1.400	1	300	3	1.100	2	1.600	1	1.000
Tupã	1	2.667	-	-	3	3.130	1	4.000	1	600
Sub-total	18	10.767	6	1.440	17	9.310	34	15.744	17	5.800
Presidente Prudente										
Presidente Prudente	1	1.000	6	1.770	5	1.840	4	1.880	9	3.880
Dracena	2	400	1	250	2	650	2	700	11	3.140
Osvaldo Cruz	6	2.800	5	1.970	4	1.800	19	6.840	13	4.450
Sub-total	9	4.200	12	3.990	11	4.290	25	9.420	33	11.470

(1) Dados parciais, correspondendo somente aos laudos de financiamento fornecido pelos técnicos da CATI.

(2) Dados totais.

(3) Dados totais sujeitos à correção.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e memorandos das agências do BANESPA e Banco do Brasil enviados ao IBC - São Paulo.

QUADRO A 3.1 - Resultado do Programa de Financiamento para Formação de Mudras de Café por Sub-Região - Etapas 1972/73 a 1976/77, Estado de São Paulo
(em 1.000 mudas)

(conclusão)

Região Sub-região	Etapa									
	1972/73 ⁽¹⁾		1973/74 ⁽¹⁾		1974/75 ⁽³⁾		1975/76 ⁽³⁾		1976/77 ⁽³⁾	
	nº cont.	nº mud.								
Ribeirão Preto										
Araraquara	9	1.700	2	390	5	900	5	700	-	-
Barretos	-	-	-	-	1	500	-	-	-	-
Bebedouro	3	1.000	1	100	-	-	-	-	-	-
Franca	19	6.638	14	5.310	22	9.380	19	7.206	53	23.050
Orlândia	1	300	-	-	1	200	-	-	3	1.460
Ribeirão Preto	-	-	1	400	2	630	2	900	3	1.250
São Carlos	4	2.000	-	-	-	-	-	-	3	1.180
Taquaritinga	7	1.950	6	1.900	7	2.050	15	8.020	19	11.890
Sub-total	43	13.588	24	8.100	38	13.660	41	16.726	81	38.830
São José do Rio Preto										
São José do Rio Preto	3	820	1	132	4	650	4	1.750	10	1.970
Catanduva	-	-	13	3.050	4	2.050	16	5.600	14	4.210
Yotuporanga	-	-	1	700	2	1.094	1	500	5	1.730
Fernandópolis	-	-	-	-	3	640	6	940	5	970
Mirassol	2	750	1	500	3	1.450	11	1.483	5	2.100
Sub-total	5	1.570	16	4.382	16	5.884	38	10.273	39	10.980
Sorocaba										
Botucatu	5	1.940	2	470	4	1.500	1	500	5	1.025
Avaré	2	400	2	600	3	1.100	5	1.500	10	4.030
Tatuí	1	150	1	300	-	-	1	400	1	400
Sub-total	8	2.490	5	1.370	7	2.600	7	2.400	16	5.455
São Paulo										
São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brejozeca Paulista	2	550	-	-	1	200	2	200	1	200
Sub-total	2	550	-	-	1	200	2	200	1	200
Total	126	48.135	69	22.102	110	44.394	191	75.065	265	95.129

(1) Dados parciais, correspondendo somente aos laudos de financiamento fornecidos pelos técnicos da CATI.

(2) Dados totais.

(3) Dados totais sujeitos à correção.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e memorandos das agências do BANESPA e Banco do Brasil enviados ao IBC - São Paulo.

ANEXO 4

QUADRO A 4.1 - Resultado do Programa de Financiamento para Plantio por Sub-Região do Estado de São Paulo, Etapas 1969/70 a 1977/78
(em 1.000 covas)

Região Sub-região	Etapa									
	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	Total
(continua)										
Araçatuba										
Andradina	5.000	49.000	27.500	300.800	129.500	107.300		221.000	289.700	1.129.300
Araçatuba	21.500	52.000	38.600	441.300	247.300	193.000	44.000	389.400	657.000	2.084.100
Penápolis	20.300	189.900	54.000	514.500	1.020.300	614.100	82.500	2.309.300	768.966	5.573.866
Pereira Barreto	21.000	-	-	-	63.500	17.000	-	355.800	390.819	848.119
Sub-total	67.800	290.900	120.100	1.256.600	1.460.600	931.400	126.500	3.275.500	2.105.985	9.635.385
Bauru										
Bauru	1.526.000	2.437.900	782.800	6.890.900	3.487.900	3.856.400	1.673.200	7.415.800	3.755.905	31.826.795
Jau	676.500	2.186.200	484.800	4.777.400	1.733.100	1.355.600	1.438.100	3.317.100	2.294.203	18.863.003
Lins	1.000.000	2.133.100	543.500	6.016.200	4.094.800	3.003.300	1.690.300	8.115.700	3.621.555	30.218.455
Sub-total	3.202.500	6.757.200	1.811.100	17.684.500	9.315.800	8.215.300	4.801.600	19.448.600	9.671.563	80.908.163
Campinas										
Amparo	699.200	832.000	192.000	851.200	148.000	204.900	232.500	720.900	462.202	4.342.902
Campinas	457.000	661.000	380.500	723.700	159.600	48.600	219.200	347.700	181.984	3.179.284
Casa Branca	157.000	342.000	129.000	1.178.900	169.100	273.600	129.000	686.500	620.032	3.685.132
Limeira	83.000	258.700	136.600	466.000	201.800	150.000	148.000	803.900	492.500	2.740.500
Mogi Mirim	484.500	667.500	137.500	1.081.100	333.000	220.500	218.000	937.500	874.197	4.953.897
Piracicaba	-	53.000	-	31.000	55.000	10.200	60.000	93.000	12.000	314.200
Rio Claro	64.000	237.000	55.000	547.100	227.400	436.800	215.500	344.100	374.780	2.497.680
São João da Boa Vista	1.468.100	1.382.700	499.700	1.626.700	724.400	510.100	520.800	1.266.400	977.202	8.976.102
São José do Rio Pardo	1.524.700	2.195.100	902.800	4.330.000	2.311.400	682.900	1.241.500	2.492.200	1.703.280	17.363.880
Sub-total	4.937.500	6.624.100	2.433.100	10.835.700	4.329.700	2.537.600	2.985.500	7.692.200	5.698.177	48.073.577
Marília										
Assis	314.000	438.000	243.300	1.080.500	253.900	513.700	29.000	610.200	227.579	3.910.179
Marília	1.959.500	2.799.900	1.126.000	5.164.700	2.891.200	2.843.100	570.200	8.551.500	2.444.818	28.330.918
Ourinhos	476.600	1.099.000	424.300	2.252.000	321.200	988.100	65.500	2.071.400	1.008.524	8.706.624
Paraguçu Paulista	253.000	396.500	170.000	1.801.100	1.083.500	1.079.000	202.900	1.850.800	932.132	7.768.932
Santa Cruz do Rio Pardo	193.000	1.653.000	1.070.200	4.492.800	1.194.700	2.288.900	655.300	4.688.100	1.183.527	17.419.527
Tupã	138.300	218.800	97.000	1.582.700	665.500	994.800	88.000	2.468.000	2.227.884	8.480.984
Sub-total	3.334.400	6.695.200	3.130.800	16.373.800	6.410.000	8.707.600	1.610.900	20.440.000	8.024.464	74.617.164
Presidente Prudente										
Dracena	142.500	86.500	83.200	966.300	413.800	301.600	617.700	3.509.400	1.594.140	7.715.140
Martinópolis	120.000	9.000	79.000	516.700	886.500	959.100	617.700	3.509.400	1.594.140	8.291.540
Osvaldo Cruz	499.600	1.248.300	339.100	4.108.000	4.147.100	3.859.200	366.700	7.833.800	2.950.225	25.352.025
Presidente Prudente	-	-	-	-	338.100	300.100	22.500	869.200	229.000	1.758.900
Presidente Wenceslau	-	-	-	-	28.000	88.000	27.000	992.500	59.000	1.194.500
Sub-total	762.100	1.343.800	501.300	5.591.000	5.813.500	5.508.000	1.651.600	16.714.300	6.426.505	44.312.105

Fonte: Instituto Brasileiro do Café - DACAF - São Paulo.

QUADRO A.1 - Resultado do Programa de Financiamento para Plantio por Sub-Região de São Paulo, Etapas 1969/70 a 1977/78
(em 1.000 covas)

(conclusão)

Região Sub-região	Etapas									
	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	Total
Ribeirão Preto										
Araçuaia	86.000	523.600	173.000	2.067.000	557.900	607.500	311.300	1.325.700	506.600	6.958.600
Barricos	13.500	186.000	50.000	179.000	28.000	433.000	238.800	646.000	470.500	2.244.800
Datatais	1.248.500	3.208.300	592.400	7.261.700	5.484.000	3.061.400	2.341.400	4.548.500	2.673.529	30.419.729
Bebedouro	80.500	295.000	121.600	593.800	185.000	55.100	53.300	257.600	90.250	1.832.150
Franca	740.600	3.388.200	807.300	9.841.400	9.195.800	4.073.200	3.416.500	7.766.800	3.603.842	42.833.642
Ituverava	15.000	51.500	7.500	333.000	337.000	93.700	167.600	2.608.100	531.790	4.140.190
Orlândia	90.700	70.000	17.000	1.062.900	477.900	419.200	140.500	1.050.200	566.188	3.893.688
Ribeirão Preto	261.500	957.800	227.000	1.413.900	632.400	300.200	93.600	569.100	720.716	5.256.216
São Carlos	245.500	521.000	112.000	1.912.600	373.200	168.800	175.500	1.566.100	758.255	5.832.955
São Simão	134.000	316.000	36.500	803.500	407.500	157.000	106.000	140.500	416.200	2.817.200
Taquaritinga	295.000	580.600	96.000	2.843.100	846.000	953.300	1.148.600	2.903.000	322.008	10.577.608
Sub-total	3.200.800	10.098.000	2.240.300	29.111.000	18.524.700	10.402.400	8.188.100	23.781.600	11.259.878	116.906.778
São José do Rio Preto										
Catanduva	1.649.300	2.175.200	506.400	3.061.100	2.662.600	2.527.700	2.262.600	6.131.700	2.466.200	23.442.800
Fernandópolis	-	-	-	-	55.000	61.900	-	257.600	390.350	764.850
Jales	-	-	-	15.000	5.000	43.500	12.000	172.000	14.000	261.500
Mirassol	303.500	360.300	47.500	779.200	930.400	592.000	492.900	2.387.000	1.457.607	7.351.207
Olimpia	205.500	768.400	180.500	2.049.900	594.800	343.000	263.500	2.004.000	592.500	7.062.100
São José do Rio Preto	340.400	447.100	143.800	740.200	906.000	632.300	448.300	1.907.000	1.125.794	6.690.894
Votuporanga	20.000	57.000	-	114.900	469.700	200.300	121.600	762.400	454.350	2.200.250
Sub-total	2.578.700	3.808.000	878.200	6.760.300	5.623.500	4.401.500	3.600.900	13.621.700	6.500.801	47.773.601
São Paulo										
Bragança Paulista	101.300	172.000	87.000	210.900	100.000	44.500	10.000	161.700	331.716	1.219.116
Jundiaí	148.000	289.600	65.000	320.000	132.400	94.800	60.500	45.000	121.361	1.266.661
Santos	-	-	-	-	-	-	-	4.000	-	4.000
São Paulo	-	-	6.300	170.000	-	-	5.000	-	25.000	206.300
Sub-total	245.300	461.600	158.300	700.900	232.400	129.300	75.500	210.700	478.077	2.696.077
Sorocaba										
Avaí	292.700	437.000	244.500	2.552.500	847.300	972.000	13.000	2.017.700	1.447.090	8.823.790
Botucatu	1.454.500	1.347.700	501.000	4.026.600	847.300	854.700	10.000	2.366.000	674.126	12.081.926
Itapetininga	-	13.300	-	-	-	-	-	-	-	13.300
Itararé	-	50.300	49.500	-	85.500	2.000	7.000	-	-	194.000
Itu	170.000	460.800	92.000	784.600	232.500	70.200	21.000	287.100	225.000	2.343.200
Sorocaba	-	8.000	-	10.000	-	-	-	-	-	18.000
Sub-total	1.917.200	2.216.800	887.000	7.373.700	2.012.600	1.898.900	51.000	4.670.800	2.346.216	23.474.216
Vale do Paraíba										
Guaratinguetã	-	-	-	-	-	-	-	222.000	15.000	237.000
São José dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	7.500	-	7.500
Taubaté	-	-	-	-	-	6.000	-	-	-	6.000
Sub-total	-	-	-	-	-	6.000	-	229.500	15.000	250.500

Fonte: Instituto Brasileiro de Café - DCAF - São Paulo.

ANEXO 5

QUADRO A 5.1 - Posição Final do Programa de Recepta e Decote em Cafezais Geados Financiados por Sub-Região, Estado de São Paulo,
Ano Agrícola, 1975/76
(em 1.000 covas)

Região Sub-região	Programa recepta			Programa decote		
	Cafezais financiado	Cafezais não financiado	Total	Cafezais financiado	Cafezais não financiado	Total
(continua)						
Araçatuba						
Andradina	1.188	1.789	2.977	313	371	684
Araçatuba	156	3.534	3.690	3	456	459
Penápolis	209	2.759	2.968	49	487	536
Sub-total	1.553	8.082	9.635	365	1.314	1.679
Bauru						
Bauru	778	1.712	2.490	684	835	1.519
Lins	1.150	2.244	3.394	396	2.835	3.231
Jau	603	877	1.480	63	509	572
Sub-total	2.531	4.833	7.364	1.143	4.179	5.322
Campinas						
Campinas	43	530	573	-	24	24
Piracicaba	-	69	69	-	2	2
Rio Claro	-	7	7	-	-	-
Limeira	-	276	276	-	194	194
São João da Boa Vista	-	2	2	-	59	59
Casa Branca	10	41	51	-	31	31
Amparo	-	-	-	-	-	-
Sub-total	53	925	978	-	310	310
Marília						
Marília	2.434	20.728	23.162	1.418	9.952	11.370
Ourinhos	4.516	5.418	9.934	293	107	400
Assis	2.895	994	3.889	89	58	147
Tupã	722	7.951	8.673	291	2.003	2.294
Sub-total	10.567	35.091	45.658	2.091	12.120	14.211
Presidente Prudente						
Presidente Prudente	564	1.735	2.299	180	112	292
Presidente Venceslau	-	920	920	-	40	40
Dracena	3.333	12.122	15.455	1.574	6.656	8.230
Oswaldo Cruz	8.825	13.473	22.301	1.380	1.914	3.294
Sub-total	12.725	28.250	40.975	3.134	8.722	11.856

Fonte: Relatório das Agências do BANESPA e Banco do Brasil ao IBC.

QUADRO A 5.1 - Posição Final do Programa de Recopa e Decote em Cafezais Geados Financiados por Sub-Região, Estado de São Paulo,
Ano Agrícola, 1975/76
(em 1.000 covas)

Região Sub-região	Programa recopa			Programa decote		
	Cafezais financiado	Cafezais não financiado	Total	Cafezais financiado	Cafezais não financiado	Total
(conclusão)						
Ribeirão Preto						
Araraquara	-	56	56	-	-	-
Bebedouro	60	2	62	-	-	-
Franca	-	-	-	-	-	-
Orlândia	-	-	-	-	8	8
São Carlos	209	812	1.021	-	9	9
Taquaritinga	-	5	5	-	5	5
Sub-total	269	875	1.144	-	22	22
São José do Rio Preto						
São José do Rio Preto	6	671	677	4	314	318
Catanduva	12	1.750	1.762	-	67	67
Votuporanga	87	3.562	3.649	-	1.519	1.519
Fernandópolis	-	6.368	6.368	-	6.456	6.456
Mirassol	2.971	2.927	5.898	779	1.237	2.016
Sub-total	3.076	15.278	18.354	783	9.593	10.376
Loreocaba						
Polucatu	203	5.412	5.615	-	395	395
Itararé	-	25	25	-	-	-
Avare	287	3.066	3.353	16	-	16
Tatuí	32	338	370	69	150	219
Sub-total	522	8.841	9.363	85	545	630
São Paulo						
Jundiaí	-	-	-	-	-	-
Bragança Paulista	-	-	-	-	55	55
Sub-total	-	-	-	-	55	55
Total	31.296	102.175	133.471	7.601	38.860	44.461

Fonte: Relatório das Agências do BANESPA e Banco do Brasil ao IBC.

ANEXO 6

QUADRO A 6.1 - Programas de Replântio e Substituição de Cafezais Geados por Sub-Região do Estado de São Paulo, Ano Agrícola, 1975/76

(Continua)

Região Sub-região	Programa replântio		Programa substituição	
	Nº contratos	Nº covas	Nº contratos	Nº covas
Araçatuba				
Andradina	39	217.750	1	20.000
Araçatuba	55	312.070	19	76.200
Penápolis	<u>120</u>	<u>503.500</u>	<u>18</u>	<u>73.600</u>
Subtotal	214	1.033.320	38	169.800
Bauru				
Bauru	130	2.267.287	45	415.750
Lins	172	1.275.500	10	41.700
Jaú	<u>59</u>	<u>762.331</u>	<u>4</u>	<u>14.500</u>
Subtotal	361	4.306.118	59	471.950
Campinas				
Campinas	4	40.000	-	-
Piracicaba	-	-	1	3.000
Rio Claro	1	15.000	-	-
Limeira	3	19.000	-	-
São João da Boa Vista	10	74.400	-	1.000
Casa Branca	<u>31</u>	<u>193.642</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal	49	342.042	1	4.000
Marília				
Marília	402	6.205.526	321	3.313.118
Ourinhos	324	4.269.963	331	2.663.444
Assis	136	1.788.097	12	122.000
Tupã	<u>121</u>	<u>1.508.950</u>	<u>95</u>	<u>631.720</u>
Subtotal	983	13.772.536	759	6.730.282

Fonte: Relatórios das Agências do Banco do Brasil S.A. e BANESPA ao IBC.

QUADRO A 6.1 - Programas de Replanteio e Substituição de Cafezais Geados por Sub-Região do Estado de São Paulo, Ano Agrícola, 1975/76

Região	(conclusão)			
	Programa replanteio		Programa substituição	
	Sub-região	Nº contrato	Nº covas	Nº contratos
Presidente Prudente				
Presidente Prudente	177	1.973.000	28	158.500
Presidente Wenceslau	1	31.000	-	-
Dracena	54	438.500	38	279.000
Oswaldo Cruz	432	5.148.125	300	2.393.850
Subtotal	664	7.590.625	366	2.831.850
Ribeirão Preto				
Araras	2	27.000	-	-
Franca	28	369.675	-	-
Ribeirão Preto	3	78.000	-	-
São Carlos	12	120.534	1	10.000
Taquaritinga	3	6.000	-	-
Subtotal	48	601.209	1	10.000
São José do Rio Preto				
S.J. Rio Preto	18	104.900	1	1.000
Catanduva	35	563.400	-	-
Votuporanga	27	211.860	2	53.000
Fernandópolis	2	14.400	5	90.000
Mirassol	56	295.350	10	47.500
Subtotal	138	1.189.910	18	191.500
Sorocaba				
Botucatu	102	1.264.155	98	1.116.270
Itararé	-	-	-	-
Avaré	86	1.199.280	15	148.000
Tatuí	5	58.165	129	1.511.270
Subtotal	193	2.521.600	242	2.775.540
São Paulo				
Jundiaí	1	1.500	-	-
Bragança Paulista	1	5.000	-	-
Subtotal	2	6.500	-	-
Total	2.652	31.363.860	1.484	13.184.922

Fonte: Relatórios das Agências do Banco do Brasil SA e BANESPA ao IBC.

SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Comissão Editorial:

Coordenador: Ismar Florêncio Pereira

Membros: Antônio Augusto Botelho Junqueira

Sebastião Nogueira Jr.

José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira

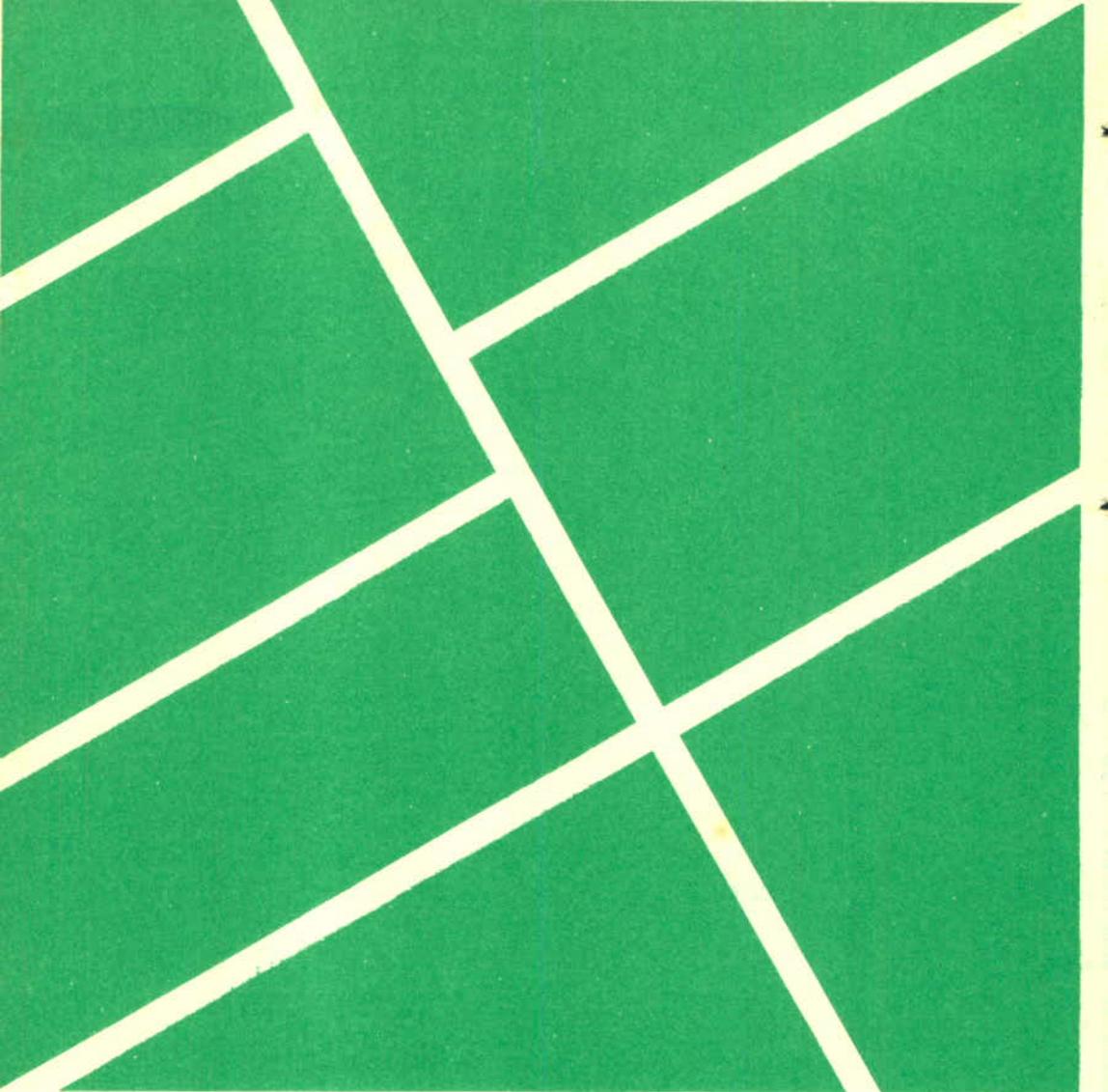
José Roberto Vianna de Camargo

José Roberto Vicente

Yuii Ivete Miazaki de Toledo

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estefano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 275-3433 R. 259



Relatório de Pesquisa
Nº 02/81

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Instituto de Economia Agrícola

CAPA IMPRESSA NA
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMPRESS